



**ETNOGRAFIA
VIRTUAL DE
MOVIMENTOS
SOCIAIS NO
ENFRENTAMENTO
DA COVID-19:
EXPERIÊNCIAS
COLETIVAS
E COMUNITÁRIAS NA
AMÉRICA LATINA**



expediente

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Presidente Nísia Trindade Lima

Vice-Presidente de Educação, Informação e Comunicação

Cristiani Vieira Machado

Coordenação do Projeto

Flávia Bueno e Gustavo Matta

Equipe de pesquisa

Coordenadora Técnica: Juliana Kabad

Pesquisadoras de campo: Cristina Yopez,

May-ek Querales, Nidilaine Dias

Assistente de Pesquisa: Priscila Petra

Comitê Consultivo

Ana Lúcia Pontes (Fiocruz/Brasil)

Arlinda B. Moreno (Fiocruz/Brasil)

Renata Cortez (pesquisadora independente/México)

Ruben Muñoz (CIESAS/México)

Consuelo Fernández-Salvador (USFQ/Equador)

Revisão de Textos

Flávia Bueno e Juliana Kabad

Tradução

Verso Traduções - Lara Daibert

Imagens

Articulação dos Povos Indígenas (APIB) - Brasil

Congresso Nacional Indígena (CNI) - México

Comunidade San Francisco Cherán (Salud Cherán) - México

Confederação de Nacionalidades Indígenas do

Ecuador (CONAIE) - Equador

Confederação de Nacionalidades Indígenas da Amazonia Equatoriana (CONFENIAE) - Equador

Lancers Digitales - Equador

Central Única das Favelas (CUFA) - Brasil

Movimento dos Nossos Desaparecidos - México

Coalizão Nacional de Mulheres (CNME) - Equador

Fiocruz Imagens

“As imagens reproduzidas ao longo do documento são provenientes de redes sociais abertas dos movimentos estudados, e constam do link

para as publicações no momento da realização desta etnografia.”

Projeto Gráfico

Humpono Design e Comunicação

Ilustrações

Auá Mendes

Milena Fernandes

Financiamento

Este trabalho é fruto da parceria entre a Fundação Oswaldo Cruz e a The Global Health Network (Universidade de Oxford) e foi financiado pelo projeto “COVID-19: Strengthening Global Research Collaboration and Impact by Sharing Methods, Tools and Knowledge Between Countries, Networks and Organisations” Grant Ref: MC_PC_19073 (Medical Research Council and NIHR/UK)

Agradecimentos

Hub Fiocruz - The Global Health Network

Índice

APRESENTAÇÃO 4

COMO FOI REALIZADO O ESTUDO? 6

A COVID-19 NA AMÉRICA LATINA: OS CASOS DO BRASIL, MÉXICO E EQUADOR 7

INFOGRÁFICO LINHA DO TEMPO 8

ETNOGRAFIA - MOVIMENTOS INDÍGENAS - ATIVISMO DIGITAL DOS POVOS INDÍGENAS DURANTE A COVID-19 NA AMÉRICA LATINA 17

INFOGRÁFICO PRINCIPAIS ACHADOS - MOVIMENTOS INDÍGENAS 18

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL 20

LANCEROS DIGITALES E AS CONFEDERAÇÕES INDÍGENAS NO EQUADOR 30

O CONGRESSO NACIONAL INDÍGENA E A EXPERIÊNCIA “SALUD CHERÁN” NO MÉXICO 39

ETNOGRAFIA - MOVIMENTOS EM CONTEXTOS URBANOS (NÃO INDÍGENAS) 45

INFOGRÁFICO PRINCIPAIS ACHADOS - MOVIMENTOS DE CONTEXTOS URBANOS (NÃO INDÍGENAS) 47

FEMINISTAS NO EQUADOR E O DIREITO À AGENDA DE GÊNERO NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA 48

MOVIMENTO PELOS NOSSOS DESAPARECIDOS E A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA DA PAUTA NO MÉXICO 55

A CENTRAL ÚNICA DE FAVELAS E O PROBLEMA DA FOME NO BRASIL 61

LIÇÕES APRENDIDAS E RECOMENDAÇÕES 68

INFOGRÁFICO LIÇÕES APRENDIDAS E RECOMENDAÇÕES 69

LIÇÕES APRENDIDAS 70

RECOMENDAÇÕES PARA OS GOVERNOS E A ACADEMIA 72

LIMITAÇÕES DESTA PESQUISA 76

DIÁLOGO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS APÓS A REALIZAÇÃO DA ETNOGRAFIA VIRTUAL 77



APRESENTAÇÃO

Este estudo parte de uma concepção ampliada de saúde e privilegiou conhecer as estratégias organizadas pelas populações vulnerabilizadas e que foram amplamente afetadas pela pandemia da Covid-19 na América Latina, com foco no Brasil, México e Equador. Considerando o crescente ativismo digital dos movimentos sociais e que as medidas de contenção da pandemia intensificaram a ocupação do mundo virtual, foram analisadas redes sociais e páginas da Internet de um conjunto de entidades representativas dessas populações com o objetivo de compreender as principais pautas e necessidades percebidas no contexto da pandemia, e quais estratégias de enfrentamento foram acionadas.

Os movimentos selecionados serão apresentados neste documento em dois grupos de estudos de caso: 1) movimentos sociais de populações indígenas e 2) movimentos sociais de populações não-indígenas em contextos urbanos. O primeiro grupo será representado pelos casos da *Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)*; o *Congresso Nacional Indígena (CNI)* e a comunidade *Francisco Cherán (Salud Cherán)* no México; a *Confederação de Nacionalidades Indígenas do Ecuador (CONAIE)*, a *Confederação de Nacionalidades Indígenas da Amazonia Equatoriana (CONFENIAE)* e os *Lanceros Digitales*, ou *Soldados Digitais*, no Equador. O segundo, pelos casos da *Central Única das Favelas (CUFA)* no Brasil, pelo *Movimento dos Nossos Desaparecidos* no México e pela *Coalizão Nacional de Mulheres (CNME)* no Equador.

EQUIPE

Este projeto é fruto da parceria entre a **Fundação Oswaldo Cruz e a The Global Health Network (Universidade de Oxford)** e foi financiado pelo projeto **“Covid-19: Strengthening Global Research Collaboration and Impact by Sharing Methods, Tools and Knowledge Between Countries, Networks and Organisations” (MRC/UK; NIHR/UK)** e a colaboração em rede com centros de pesquisa no Brasil, México e Equador. Sob coordenação geral dos pesquisadores **Flávia Thedim Costa Bueno** (Fiocruz/Brasil) e **Gustavo Correa Matta** (Fiocruz/Brasil), e a coordenação técnica de **Juliana Kabad** (Fiocruz/Brasil), contou com uma equipe composta pelas pesquisadoras, antropólogas e cientistas sociais **Cristina Yopez** (Equador), **May-ek Querales** (México) e **Nidilaine Dias** (Brasil), e a assistente de pesquisa **Priscila Cardia Petra** (Brasil).

Diante das omissões e insuficiências das respostas governamentais à pandemia da Covid-19, essas entidades tiveram que atuar diretamente para garantir a implementação das medidas preventivas e assistenciais, além de garantir as condições para possibilitar medidas de isolamento social, como a alimentação. Além de cobrar as autoridades governamentais diante de suas responsabilidades, mostraram sua capacidade de propor e implementar estratégias adequadas às características e necessidades diferenciadas das populações e regiões. Há que se destacar sua capacidade de adaptar as medidas sanitárias às suas especificidades socioculturais, linguísticas e regionais.

Muitas vezes com práticas que superaram a ação do poder público em seus países, esses movimentos resistiram, se reinventaram e ensinaram estratégias, no curso de uma pandemia que aprofundou problemas já existentes. Além disso, demonstraram o quanto as condições históricas e estruturais geradoras das desigualdades e injustiças que lhes afetam foram aprofundadas no contexto da pandemia, de modo que denunciaram situações graves como a fome nas favelas e a ameaça de genocídio indígena no Brasil; o dilema das pessoas desaparecidas e a garantia da sobrevivência dos povos indígenas no México; o recrudescimento dos direitos das mulheres e a luta pelo reconhecimento do pluralismo étnico no Equador.

COMITÊ CIENTÍFICO CONSULTIVO

Um comitê científico consultivo foi conformationado para participar das discussões e avaliar o trabalho durante sua realização, fruto de um esforço de cooperação e rede. A participação desses pesquisadores foi fundamental para a realização desta pesquisa. Fazem parte do comitê: **Ana Lúcia Pontes** (Fundação Oswaldo Cruz/Brasil), **Arlinda Moreno** (Fundação Oswaldo Cruz/Brasil), **Consuelo Fernández-Salvador** (Universidad San Francisco de Quito/ Equador), **Ruben Muñoz** (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social/ México) e **Renata Cortez** (México).

COMO FOI REALIZADO O ESTUDO?

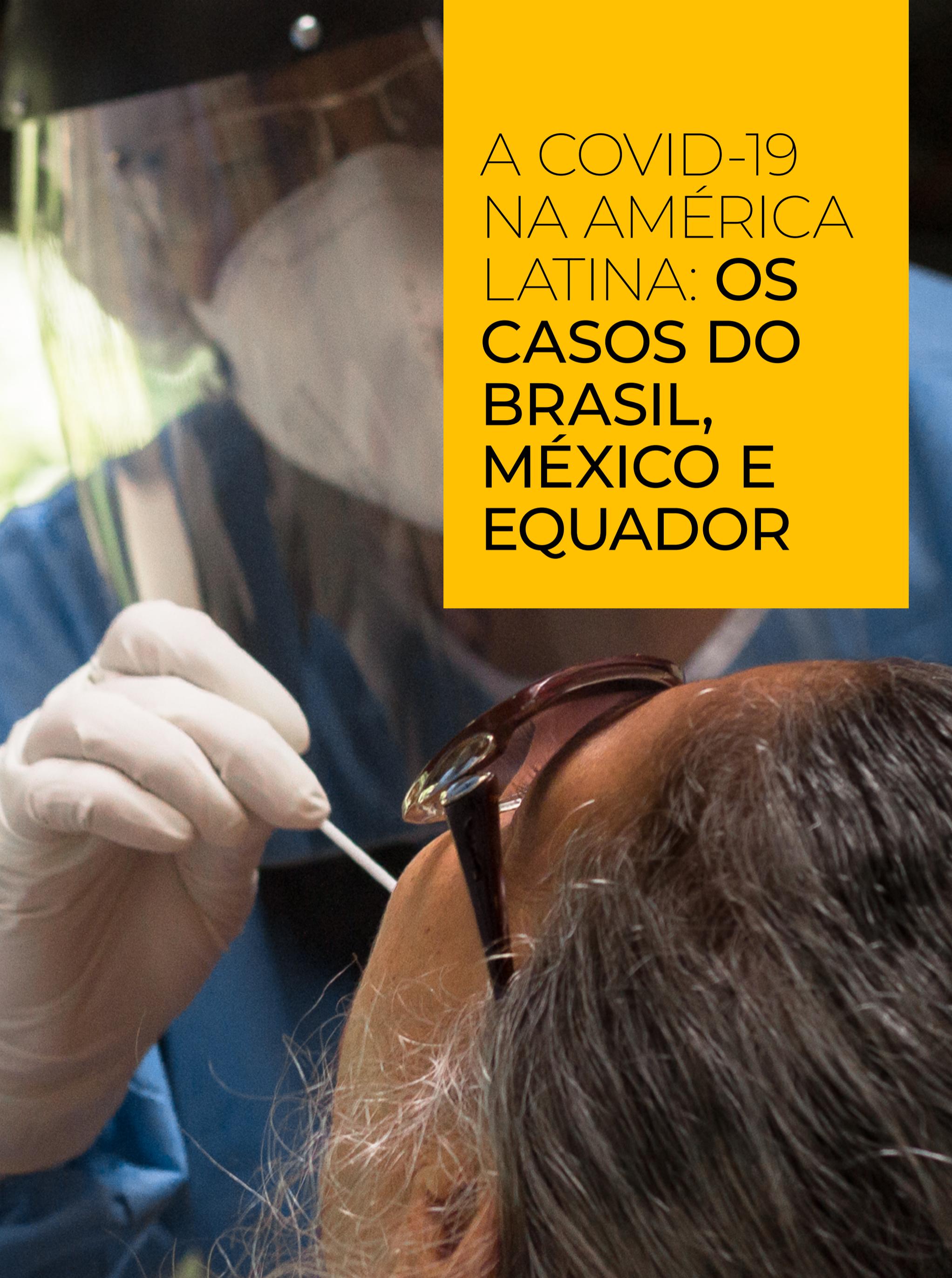
O estudo foi realizado em três fases:

a) a primeira compreendeu um amplo levantamento de movimentos sociais de populações vulnerabilizadas historicamente constituídos nos três países observados;

b) a segunda, selecionou os movimentos sociais que são ativos na internet e nas redes sociais e que conduziram ações específicas de contingenciamento da pandemia frente às populações que representam;

c) a terceira tratou de uma etnografia virtual, por meio de estudos de caso no Brasil, México e Equador de povos indígenas e populações não-indígenas em contextos urbanos, com abrangência nacional e local, durante o período de março de 2020 (início da pandemia) a junho de 2021.

Em razão das medidas de distanciamento social e do curto espaço de tempo do projeto/financiamento, e com o interesse de conduzir um mapeamento com maior alcance e abrangência, optou-se por trabalhar exclusivamente com fontes digitais e mídias sociais, como o Facebook, Instagram e Twitter, para a melhor compreensão da performance sobre estratégias adotadas pelos grupos populacionais escolhidos, em páginas virtuais públicas e de amplo acesso.



A COVID-19
NA AMÉRICA
LATINA: OS
CASOS DO
BRASIL,
MÉXICO E
EQUADOR



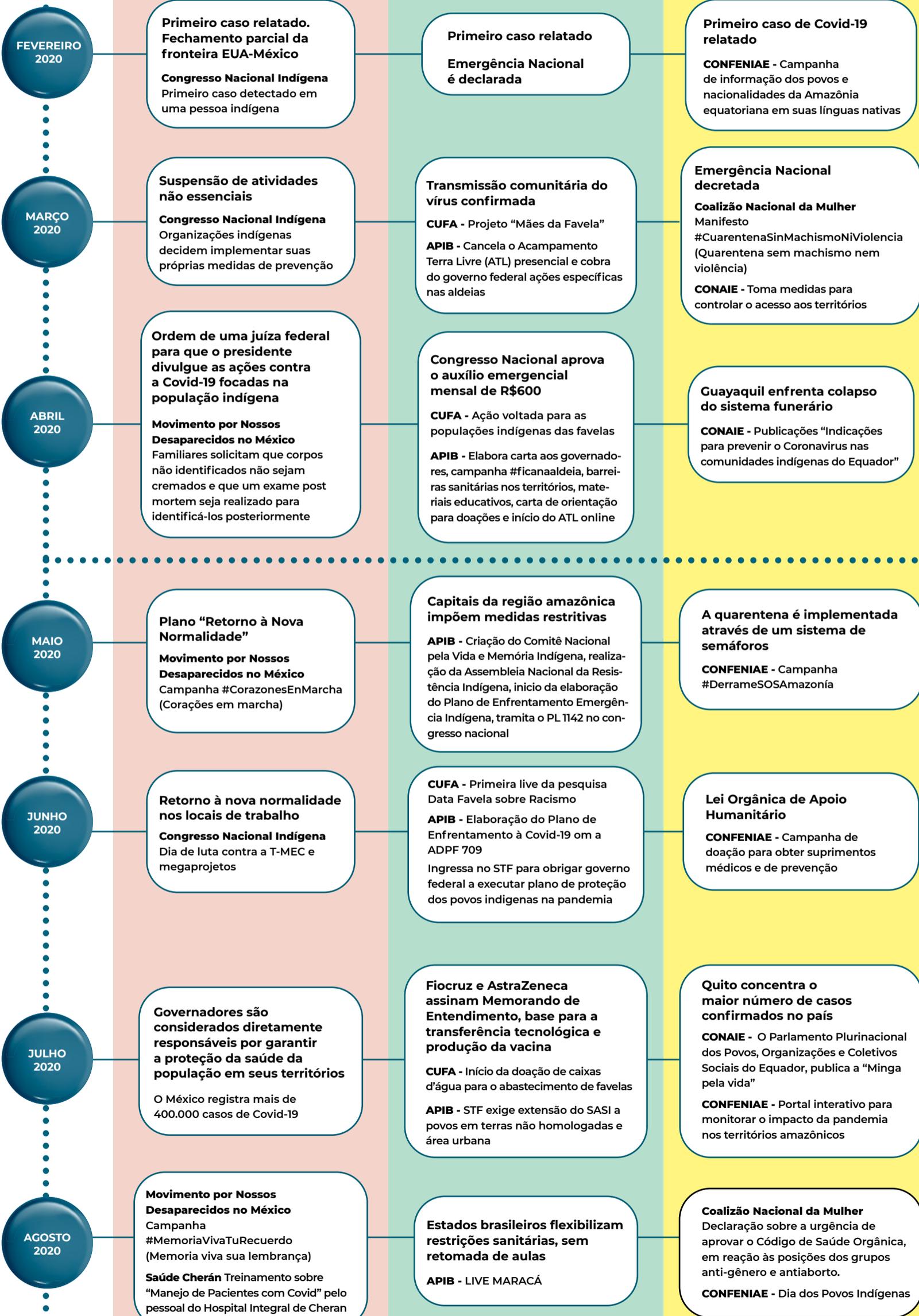
MÉXICO



BRASIL



EQUADOR





MÉXICO



BRASIL



EQUADOR

SETEMBRO
2020

Participação do México no programa COVAX (OMS)
Saúde Cherán
Aplicativo "SALUD CHERAN"

Auxílio emergencial de R\$300,00 é prorrogado por 4 meses
CUFA - Campanha "Mães da Favela On"

O decreto de estado de emergência termina e a campanha #YoMeCuido espalha um discurso de "nova normalidade", reativação econômica e "responsabilidade pessoal"
Coalizão Nacional da Mulher
Relatório Sombra 2020
CONAIE - Ordena que as medidas preventivas sejam mantidas e progressivamente adaptadas
CONFENIAE - Congresso de Nacionalidades Amazônicas

OUTUBRO
2020

Alerta de uma segunda onda de infecções e mortes por Covid-19
Movimento por Nossos Desaparecidos no México
Protocolo homologado de busca

Alunos das redes públicas e particulares começam retomar atividades
APIB - Denuncia governo federal à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), após inúmeras outras denúncias realizadas e aceitas em fóruns internacionais

Coalizão Nacional da Mulher
Entre janeiro e outubro de 2020, 81 feminicídios foram registrados
CONFENIAE - Povos indígenas da Amazônia denunciam o Estado equatoriano diante da CIDH

NOVEMBRO
2020

Identificadas novas linhagens de Covid-19
Movimento por Nossos Desaparecidos no México
Campanha "Por que apoiar as famílias de pessoas desaparecidas nesta pandemia"
Saúde Cherán - Primeiro boletim informativo da comunidade de Cheran (semanal)

Publicada portaria que reestabelece o Forum de Presidentes de Condisi no âmbito do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena
CUFA - Retomada do campeonato Taça das Favelas

CONFENIAE - Livreto didático do curso de atualização do Covid-19 para promotores de saúde das nacionalidades
Curso de atualização sobre Covid-19 para promotores de saúde de nacionalidades indígenas

DEZEMBRO
2020

Política Nacional de Vacinação contra a Covid-19
Movimento por Nossos Desaparecidos no México
Alerta enviado à CIDH sobre o fracasso do Estado mexicano em proteger os direitos das famílias das pessoas desaparecidas
Saúde Cherán - "BRIGADA CORRECAMINOS": estratégia para a aplicação da vacina

Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19
CUFA - Campanha Natal da CUFA
APIB - Relatório "Nossa luta é pela vida"

Decreto do estado de emergência de 30 dias em todo o país, declarado inconstitucional

JANEIRO
2021

Manaus enfrenta crise sanitária por falta de oxigênio em hospitais
APIB - Manifesto aos governadores para inclusão de todos os indígenas no Plano de Vacinação, de acordo com a ADPF 709
Campanha "Vacina Parente"

Atrasos na chegada e distribuição de vacinas
Coalizão Nacional da Mulher
Campanha #MujeresAlosCandidatos (Mulheres aos Candidatos)

FEVEREIRO
2021

Vacinação de Migrantes
Protocolo de Volta às Aulas
Saúde Cherán - Divulgação das normas sanitárias com banners colocados na comunidade

CUFA - Campanha "Mães da Favela Futebol Clube"
APIB - A APIB em parceria com a Revista Terena Vukápanavo organizam o dossiê "Pandemia da Covid-19 na vida dos Povos Indígenas" com o apoio da Fundação Oswaldo Cruz e realização de lives semanais sobre a campanha "Vacina Parente"

Primeiro turno das eleições: Andrés Aráuz vai para o segundo turno e se anuncia um suposto "empate técnico" entre Guillermo Lasso e Yaku Pérez
CONAIE - Marcha pela Transparência na Democracia

DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES



MÉXICO



BRASIL



EQUADOR

MARÇO
2021

Mortes ultrapassam 200.000

APIB: Lançado no dia 08 de março a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA)

Coalizão Nacional da Mulher
Ciclo virtual de palestras, discussões e atividades sob o guarda-chuva dos "Dias para as Mulheres e Meninas do Equador"

Campanha "Um pacto justo por elas"

CONAIE - Conselho Ampliado da CONAIE com a presença dos três conselhos regionais

ABRIL
2021

O Presidente do México recebe a primeira dose de vacina

Movimento por Nossos Desaparecidos no México
Protocolo homologado de busca

Instalação da Comissão parlamentar de Inquérito para apurar denúncias contra o Governo Federal em relação à pandemia

APIB - Acampamento Terra Livre 2021 - ABRIL INDÍGENA

Coalizão Nacional da Mulher
A Corte Constitucional do Equador descriminaliza o aborto em casos de estupro

CONAIE - Comunicado para membros da assembléia do Movimento Pachakuti e ao novo presidente do Equador

CONFENIAE - Publica um artigo sobre os problemas do derramamento de petróleo de abril de 2020 e seus efeitos sociais e ambientais

MAIO
2021

Movimento por Nossos Desaparecidos no México
Campanha
#EsperanzaEnBúsqueda (Esperança na Busca)

Saúde Cherán - Cancelamento da festividade de Corpus Christi

Após uma pausa, o auxílio emergencial é prorrogado, pese a diminuição da cobertura e valores

APIB - Novo ingresso no STF para interrupção das invasões de terras indígenas

Guillermo Lasso toma posse e lança o Plano de Vacinação 9/100 para vacinar 9 milhões de pessoas em 100 dias

JUNHO
2021

Brasil alcança 500 mil mortos por Covid-19

CUFA - Primeira menção a vacina contra Covid-19 e diálogo com a Sociedade Brasileira de Imunização

APIB - Acampamento "Levante pela Terra" em Brasília-DF

Coalizão Nacional da Mulher
Reunião virtual de mulheres líderes "Decisões urgentes para transformar a vida das mulheres e meninas no Equador"

CONFENIAE - Série "Jambi"

Contexto México

Segundo o censo de 2020, o México possui **126.014.024 habitantes** e, de acordo com informações do governo, **107.031.525 pessoas receberam a vacina até outubro de 2021**. No entanto, esta cifra não desmembrou informações sobre o número de pessoas com esquema vacinal completo. Em contraste, o projeto *World On Data* da Universidade de Oxford registrou que, **até 19 de outubro de 2021, apenas 39,7%** da população tinha o esquema de **vacinação completo** e **13,60%** haviam sido **parcialmente vacinados**; resultando em **53,34% da população vacinada** em números relativos (OWID, 2021).

O sistema de saúde no México começou a se consolidar na década de 1940 com a criação da Secretaria de Saúde e Assistência e a publicação da Lei do Seguro Social, em que foram definidas as obrigações do empregador para garantir as condições mínimas de segurança aos seus empregados e foi decretada a criação do Instituto Mexicano do Seguro Social (IMSS).

Na década de 1980, houve mudanças na Constituição, estabelecendo a saúde como um direito, independentemente da situação de trabalho das pessoas. Porém, não foi possível garantir o desenvolvimento e a aplicação do sistema universal de saúde e, em 2003, a Lei Geral de Saúde foi reformada para criar o Sistema de Proteção Social em Saúde com o objetivo de possibilitar o acesso à saúde para todos os cidadãos por meio do Seguro Popular. Em 29 de novembro de 2019, foi decretada a criação do Instituto de Saúde para o Bem-Estar (INSABI), revogando a lei que deu origem ao Seguro Popular.

Atualmente, o Sistema de Saúde no México compreende dois setores, o público e o privado. Na rede pública, estão as instituições de seguro social que atendem trabalhadores (IMSS, ISSSTE, Petróleos Mexicanos, Secretaria de Defesa e Secretaria da Marinha); e as instituições que atendem à população sem seguro social, incluindo a maioria da população indígena (Secretarias Estaduais de Saúde, institutos de saúde e INSABI).

Covid-19 no México

O primeiro caso de Covid-19 no México foi diagnosticado no dia 28 de fevereiro de 2020 e no dia 4 de março foi realizada uma reunião entre autoridades dos estados e de saúde para acordar um trabalho conjunto e coordenado, aumentando o compromisso de envolver as autoridades municipais.

Entre janeiro de 2020 e junho de 2021, a Secretaria de Saúde e o governo federal realizaram coletivas de imprensa nas quais o principal porta-voz foi o Subsecretário de Prevenção e Promoção da Saúde, Hugo López Gatell. Nessas conferências, compartilhou-

se informações sobre os três pilares da estratégia governamental: mitigação, conversão hospitalar e vacinação.

Para atender pacientes graves com Covid-19, o processo de conversão hospitalar teve início no final de fevereiro de 2020, com a instalação de 35.635 leitos. Em 14 de março, foi anunciada a implantação da Jornada Nacional da Distância Saudável para promover a mitigação comunitária por meio da suspensão temporária de atividades não essenciais. Embora nos dias 20 e 21 de março o trânsito tenha sido restringido nas fronteiras norte e sul do país, o presidente do México, Andrés Manuel López Obrador, descartou a possibilidade de implantar um toque de recolher. Nos últimos dias de março de 2020, as atividades não essenciais foram suspensas e foi declarada situação de emergência devido à pandemia.

Durante o mês de abril, familiares de pacientes hospitalizados por Covid-19 invadiram hospitais com violência, obrigando a Guarda Nacional a ser designada para monitorar as entradas principais. Em maio, foi apresentado um plano federal de reativação a partir de um sistema de semáforos dos contágios registrados por localidade; no entanto, um grupo de governadores manifestou desacordo com esta e outras medidas federais, o que gerou atritos e divergências nas estratégias implantadas nos diferentes estados do país.

Em outubro de 2020, foi emitido um aviso sobre o início de uma segunda onda de contágios que produziu uma ocupação hospitalar superior a 80% na Cidade do México em janeiro de 2021, mesmo mês em que começou a estratégia de vacinação contra a Covid-19.

A população equatoriana, de acordo com o último censo populacional do Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (2010), é de aproximadamente **14.483.499 pessoas**, atingindo **17,5 milhões segundo estimativas mais recentes**. Até outubro de 2021, o Equador acumulava **515.859 pessoas infectadas por Covid-19** e **32.958 mortos**. Em relação ao [processo de vacinação](#), um total de **10,31 milhões de pessoas** estavam totalmente vacinadas (**58,9%**) e **1,90 milhões receberam apenas a primeira dose (10,9%)**. Além disso, **58.185 doses de reforço** foram aplicadas em profissionais de saúde. No entanto, existe uma distribuição desigual de vacinas entre as províncias: **Galápagos** com **80%** da primeira dose; **Pichincha** com **70,15%**, em contraste com as **províncias amazônicas** que não vacinaram **nem a metade de sua população**.

Contexto Equador

O artigo 32 da Constituição de 2008 estabelece que a saúde é um direito que deve ser garantido pelo estado por meio de políticas econômicas, sociais, culturais, educacionais e ambientais. Nesse sentido, a prestação dos serviços de saúde deve ser regida pelos princípios da equidade, universalidade, solidariedade, interculturalidade, qualidade, eficiência, eficácia, precaução e bioética, com enfoque de gênero e geração.

O sistema de saúde do Equador é composto por dois setores: público e privado. No nível público, o Ministério da Saúde Pública funciona como uma autoridade sanitária nacional e está integrado à Rede Pública Integral de Saúde junto às instituições de segurança social - como o Instituto Equatoriano de Segurança Social (IESS) -, o Ministério da Inclusão Econômica e Social (MIES) e os serviços de saúde dos governos locais.

Para formular uma política pública que institucionalize o princípio da interculturalidade no Sistema Nacional de Saúde, foram criadas instituições como a Direção Nacional de Saúde Intercultural. No entanto, embora princípios como a interculturalidade e abordagens como gênero - entre outros - estejam presentes no marco jurídico e institucional, isso nem sempre é cumprido no nível das diferentes entidades que compõem o sistema de saúde. A isso se acrescenta que, embora a lei contemple a cobertura universal de saúde, na prática existem limitações tanto na cobertura quanto na qualidade do atendimento.

Covid-19 no Equador

O Equador notificou oficialmente seu primeiro caso de Covid-19 em 29 de fevereiro de 2020 e, em 13 de março, o COE Nacional (Comitê de Operações de Emergência) foi acionado para a coordenação nacional das medidas. Em 16 de março, o governo equatoriano [decretou emergência sanitária](#) no sistema nacional de saúde e estado de exceção em todo o território nacional. No período de março de 2020 a junho de 2021, foram emitidos quatro decretos de estado de exceção - um deles, em 21 de dezembro de 2020, declarado inconstitucional - que priorizaram a mobilização

das Forças Armadas e da Polícia Nacional para aumentar o controle sobre o toque de recolher e as restrições de mobilidade.

Entre abril e maio de 2020, Guayaquil enfrentou uma crise sanitária sem precedentes devido ao colapso dos sistemas sanitário e funerário, e foi a segunda cidade com mais contágios na América Latina. Em julho, ocorreu um novo pico de contágios, em que Quito concentrou o maior número de casos confirmados do país. Uma vez concluído o primeiro decreto de estado de exceção em setembro de 2020, o COE resolveu que as diferentes instituições do Estado e governos locais deveriam desenvolver suas próprias políticas de restrições e distanciamento. Manteve-se a obrigatoriedade do uso de máscara, enquanto o governo nacional divulgava a [campanha #YoMeCuido](#), em que prevalecia um discurso de “nova normalidade”, reativação econômica e “responsabilidade pessoal” em relação ao contágio.

O então presidente Lenin Moreno enfrentou situações críticas em vários níveis, como irregularidades na compra de suprimentos médicos; casos documentados de cadáveres de pessoas mortas por Covid-19 que foram perdidos em hospitais do sistema público de saúde; e protestos massivos contra suas políticas econômicas. O programa de vacinação proposto por Moreno enfrentou atrasos na chegada e distribuição das vacinas, além de denúncia de [múltiplos casos de corrupção](#).

Entre fevereiro e abril de 2021 foram realizadas eleições nacionais, apesar da ocupação de 90% das UTIs em Quito e Guayaquil. Em maio de 2021, Lenin Moreno deixou o cargo de presidente em um contexto econômico crítico e com um plano de vacinação muito atrasado. Guillermo Lasso, um candidato de direita e ex-banqueiro, [assumiu a presidência](#) em 24 de maio com a promessa de campanha de vacinar nove milhões de pessoas em cem dias; em 1º de setembro, o governo cumpriu essa meta.

Diante de uma resposta insuficiente do Estado, a sociedade civil organizada e as redes comunitárias têm sido vitais no Equador para enfrentar a pandemia.

A população brasileira, conforme o último censo populacional do Instituto Nacional de Geografia e Estatística (2010), soma aproximadamente

190 milhões

pessoas, chegando a até **200 milhões pessoas** de acordo com estimativas mais atuais. O

Brasil acumula

21.804.094

milhões de pessoas

infectadas e

607.694 óbitos

confirmados por

Covid-19, ocupando

o **segundo lugar do**

mundo em número

de mortes (até

outubro de 2021).

Quanto ao processo de vacinação, cerca de

75% da população

recebeu a 1ª dose da

vacina, sendo que a

aplicação da **2ª dose**

ou as doses únicas,

que completam o

esquema vacinal, varia de abrangência

por Estado, **desde o**

mínimo de 55% em

Roraima e o **máximo**

de 80% em São Paulo.

Contexto Brasil

De acordo com o artigo 5º da Constituição Federal (CF) de 1988, a saúde é um direito de todos e dever do Estado, pelo qual foi criado em 1990 o Sistema Único de Saúde (SUS). Embora exista o SUS, há um sistema de saúde privado, chamado suplementar, formado por planos e seguros de saúde, além de instituições independentes, regulados pela Agência Nacional de Saúde (ANS).

O SUS é regido por princípios e diretrizes que orientam tanto a organização dos serviços quanto a participação da sociedade em sua execução: universalidade, equidade e integralidade. Nos seus 30 anos de existência, permanecem desafios para o cumprimento do seu papel e potencial conforme o preconizado, que vão desde o subfinanciamento para a devida execução dos serviços até problemas de má gestão nos níveis municipais, estaduais e federal.

Covid-19 no Brasil

O primeiro caso de Covid-19 notificado no Brasil ocorreu no dia 26 de fevereiro de 2020 e desde então o país vivenciou uma escalada crescente de casos e mortes. O enfrentamento da pandemia no Brasil, desde o seu início, tem sido marcado por omissões, falhas e contradições na coordenação do Governo Federal e o descompasso com as ações dos estados e municípios, de modo oposto ao preconizado pela Constituição Federal (CF) e pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Em razão disso, boa parte das ações de enfrentamento da pandemia por parte do Estado brasileiro precisaram ser mediadas pelo setor judiciário, especialmente o Supremo Tribunal Federal (STF) - desde a manutenção das medidas de distanciamento e isolamento social, a suspensão de tratamentos medicamentosos ineficazes, a garantia de leitos hospitalares e Unidades de Terapia Intensiva (UTI) até a obrigatoriedade da aquisição, distribuição e aplicação de vacinas na população brasileira. Além disso, a atuação do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro e de sua administração foi objeto de investigação por uma [Comissão Parlamentar de Inquérito \(CPI\)](#) instalada no Senado Federal e concluída no mês de outubro de 2021, com o indiciamento nominal do Presidente e dezenas de atores civis, políticos e empresas por inúmeros crimes.

Ainda que o vírus tenha atingido toda a população brasileira, a mortalidade por Covid-19 no Brasil tem cor, classe e gênero. A pandemia aprofundou e complexificou problemas que já penalizavam a sociedade, em razão da alarmante desigualdade socioeconômica do país que tem piorado nos últimos anos. Pessoas negras, povos indígenas, trabalhadores informais, trabalhadoras domésticas, moradores de favelas e regiões periféricas, entre outras populações vulnerabilizadas foram as mais expostas ao novo coronavírus. Mesmo com o benefício financeiro de até R\$600 reais mensais (podendo chegar a duas cotas para mulheres provedoras de família monoparental), conhecido como Auxílio Emergencial, aprovado pelo Congresso Nacional por meio da [lei nº 13.982/2020](#), para evitar os danos sociais seria necessário uma série de medidas protagonizadas e coordenadas entre os entes federados, que contemplassem tanto ações preventivas de contaminação do vírus quanto ações de proteção social e geração de renda.

Um dos principais desafios atuais consiste no efetivo controle da transmissão comunitária das novas variantes do vírus, que permanecem altas em algumas localizações devido a resistência da população e governos com as medidas não farmacológicas, como o distanciamento social e uso de máscaras e as ações antivacina. Em outubro de 2021, por exemplo, o processo de vacinação ainda seguia lento e atravessado por intercorrências variadas, tendo alcançado somente 50% da população com vacinação completa.

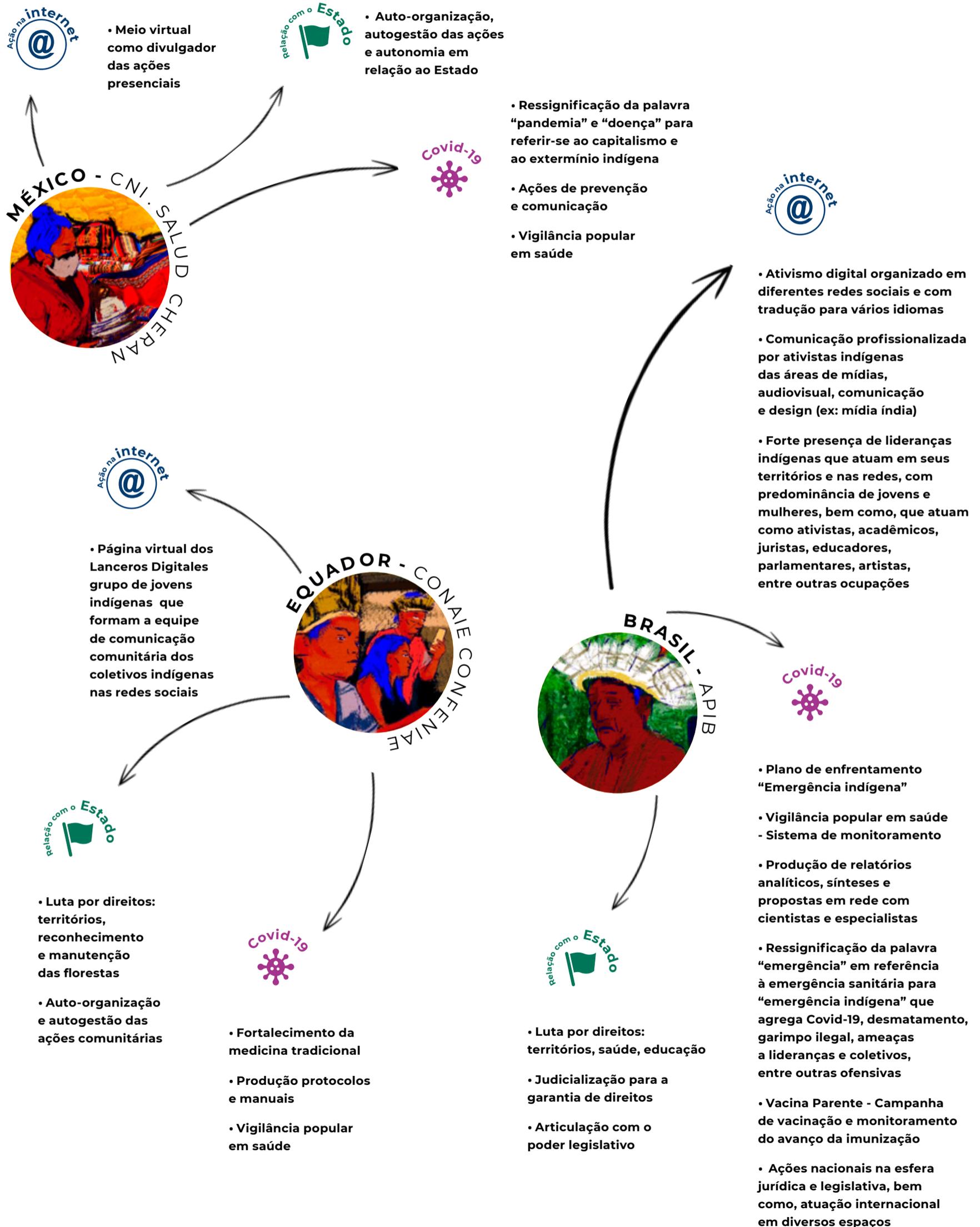
Desafios na esfera social e econômica são diversos e urgentes, como a insegurança alimentar em níveis alarmantes, o aumento de pessoas desabrigadas e em situação de rua, o desemprego em escalada crescente e o aumento da inflação e dos itens básicos de sobrevivência como alimentos não perecíveis, de origem animal e gás de cozinha. A persistência das iniquidades em saúde e os desafios das políticas públicas no enfrentamento da pandemia e para o pós-pandemia demonstra a importância e o papel das universidades públicas e das instituições científicas em saúde pública como aliadas das populações em condições de vulnerabilidade.

ETNOGRAFIA - MOVIMENTOS INDÍGENAS

ATIVISMO DIGITAL
DOS POVOS
INDÍGENAS
DURANTE A
COVID-19 NA
AMÉRICA LATINA



PRINCIPAIS ACHADOS - MOVIMENTOS INDÍGENAS



Nos três países observados, os povos originários são caracterizados por diferentes povos, falantes de centenas de línguas e com distintas histórias de contato, formas de ocupação territorial e relações com a sociedade envolvente. Apesar dessas diversidades, enfrentam problemas similares, bem como possuem pautas de luta que convergem entre si, entre movimentos e organizações historicamente constituídas em seus países de origem.

Dentre essas, destaca-se: a luta por reconhecimento de suas identidades étnicas, pelos seus modos particulares de organização da vida social e de cuidado com a saúde por meio de seus sistemas médicos indígenas; pelo direito à posse e usufruto exclusivo dos seus territórios tradicionalmente ocupados; pelo cumprimento da obrigação dos Estados em proteger seus territórios contra invasores, como madeireiros, garimpeiros, grileiros, entre outros; pelo direito à autodeterminação de seus modos de vida e de gerir e usufruir os territórios que habitam; pelo direito ao acesso equânime e adequado aos serviços públicos de educação, saúde, assistência social, entre outros.

Estas pautas buscam superar a colonização e o racismo institucionalizado que historicamente violentaram e negaram o seu direito de existir como povos diferenciados. Diante da pandemia, de um amplo arcabouço de ação política e de efetiva pressão às ações do Estado, os povos indígenas protagonizaram ações de vigilância, prevenção, proteção e recuperação da saúde, nas mídias sociais e nos seus territórios de atuação, de forma a adequar essas medidas às suas diversidades linguísticas, condições e modos de vida, conforme veremos a seguir.



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) é uma entidade de representação nacional dos povos indígenas, que congrega povos e organizações indígenas de todo o país, através de entidades regionais, que são:

- Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME);
- Conselho do Povo Terena;
- Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE);
- Articulação dos Povos Indígenas do Sul (ARPINSUL);
- Grande Assembleia do povo Guarani-Kaiowá (ATY GUASU);
- Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB);
- Comissão Guarani Yvyrupa.

Constituiu-se como organização em 2005, durante o 2º Encontro do Acampamento Terra Livre (ATL), que mobiliza e reúne anualmente as populações indígenas de todo o país em Brasília-DF, capital federal.

Ativismo digital

A APIB é conhecida e reconhecida pela forte presença nas redes e mídias sociais e por seu ativismo digital. Nos últimos anos, tem se profissionalizado com equipes e redes de comunicadores indígenas que alimentam e administram suas diversas páginas de intensa atividade virtual com publicações traduzidas para vários idiomas.



<http://apiboficial.org/>



[@apiboficial](https://www.instagram.com/apiboficial)



[@apiboficial](https://www.facebook.com/apiboficial)



[ApibOficial](https://twitter.com/ApibOficial)



[apiboficial](https://www.telegram.com/apiboficial)

Por ser uma entidade que congrega diferentes organizações, povos e gerações de líderes, há um constante diálogo entre os aspectos da ancestralidade e do conhecimento dos anciãos com a atualidade. Novas tecnologias e linguagens de comunicação não são vistas como antagonistas, mas sim como potencial para se reinventarem como sujeitos políticos na sociedade brasileira e fortalecer suas lutas históricas por direitos e reconhecimento. Assim, observa-se uma forte presença de lideranças indígenas jovens, mulheres, universitários, acadêmicos, juristas, artistas e com cargos políticos.

Antes da pandemia de Covid-19, a APIB estava voltada, entre outras pautas, para demarcação e proteção dos territórios indígenas. Vinha denunciando o crescimento do garimpo ilegal e da pauta da mineração em terras indígenas - uma das principais bandeiras defendidas pelo atual governo federal - assim como o avanço do desmatamento ilegal e a invasão dos territórios indígenas por grileiros e pelo agronegócio.

Logo nos primeiros dias do anúncio oficial da pandemia de Covid-19 pela OMS, a APIB publicou em suas redes sociais várias notas e informes esclarecendo e alertando às populações indígenas sobre o espalhamento do vírus, suspendendo o ATL que seria realizado presencialmente em abril e cobrando do governo federal a apresentação de um plano de prevenção e atendimento frente ao risco de chegada do novo coronavírus em territórios indígenas. A nota também foi publicada em inglês e no site da APIB.



**Nota da APIB:
Governo deve
apresentar plano
de prevenção e
atendimento para
evitar riscos de
contaminação de
Coronavírus nos
territórios indígenas**



APIB - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil

20 de março de 2020

Sem dúvida, nós, povos indígenas, somos um dos segmentos mais expostos a situação de vulnerabilidade diante da atual pandemia do Coronavírus – COVID-19. Ao longo da história, fomos vitimados pelos sucessivos invasores, não apenas pelo uso da violência física, das armas de fogo e do trabalho forçado, mas também pelas doenças levadas por eles, tais como a gripe, a varíola e o sarampo, inclusive no século XX, principalmente durante o regime da ditadura militar. E até hoje, sofremos de doenças vindas de fora – cardiovasculares, hipertensão, diabetes, gastrointestinais, renais, sexualmente transmissíveis e doenças respiratórias. O coronavírus é mais uma dessas ameaças, mais uma praga produzida pela acumulação capitalista, por tanto de origem política e econômica e que agora se torna crise de saúde pública. Não podemos pagar por problemas alheios ao nosso modo de vida. Pelo contrário, cabe ao Estado providenciar medidas para atenuar a sua dívida acumulada até hoje para com os nossos povos e comunidades.

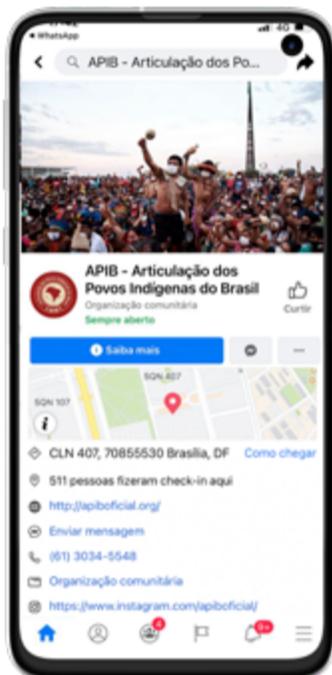
Dessa forma, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, vem a público reivindicar do atual governo um Plano de Ação Emergencial. Confira as medidas reivindicadas <https://bit.ly/2Wv91G9>

#coronavirus #povosindigenas #saúdeindigena

Fonte: [Publicação no Instagram da APIB, de 20 de março de 2020, com divulgação de nota ao governo federal.](#)

Acampamento Terra Livre

O ATL consiste em uma ampla mobilização nacional dos povos indígenas que ocorre nos meses de abril desde 2004 - denominado de “abril indígena” pelas lideranças indígenas em alusão ao Dia do Índio (19 de abril). Em 2020, o ATL ocorreu pela primeira vez remotamente, entre 27 e 30 de abril, o que demonstrou uma rápida capacidade de reorganização da APIB e incorporação das preocupações em torno do enfrentamento da Covid-19.



Fonte: [Publicações do Facebook da APIB, do dia 30 de abril de 2020, com a divulgação de programação da ATL 2020 já em formato online.](#)



Na edição do ATL de 2021, que também foi online e teve como tema “Nossa luta ainda é pela vida. Não é apenas um vírus”, foram realizadas atividades de 05 a 30 de abril. Por quatro semanas ininterruptas, foram organizados seminários virtuais temáticos relacionados aos eixos da campanha *Emergência Indígena* e do relatório analítico da campanha.



Fonte: [Publicação do Instagram da APIB com a divulgação de programação da ATL 2021 pelo segundo ano em formato online.](#)

Enfrentamento da pandemia

Diversas ações de enfrentamento à pandemia foram realizadas pela APIB e suas entidades regionais desde o mês de março. Dessas, destaca-se a campanha virtual denominada “Emergência Indígena” oficialmente lançada em junho de 2020 e que substituiu outra iniciativa anterior denominada de “quarentena indígena”. A campanha foi lançada em um [sítio específico](#) na Internet, traduzido em cinco idiomas e replicado nas páginas e redes sociais do movimento. A chamada, contudo, não fazia alusão somente à emergência em razão do vírus, mas também, às invasões dos territórios indígenas pelo garimpo ilegal e o desmatamento - que indica que o movimento não desassocia a pauta da saúde das demais que afetam o bem-viver das suas populações.



Fonte: [Campanha virtual “Emergência Indígena” de enfrentamento à pandemia de Covid-19 veiculado pela APIB.](#)

No âmbito desta campanha, a APIB elaborou um plano próprio de enfrentamento à Covid-19 para os povos indígenas, por meio de suas representações regionais, em três idiomas e organizado em três eixos de ação:

Eixo 1

Ações Emergenciais de Cuidado Integral e Diferenciado no Controle da Covid-19;

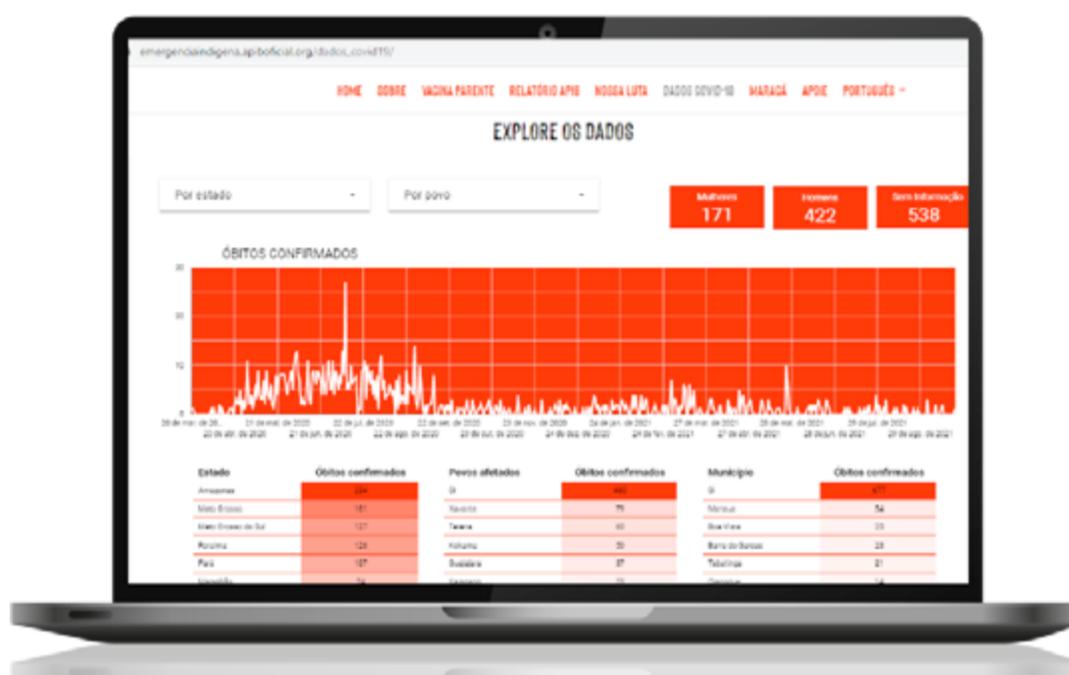
Eixo 2

Ações Judiciais e de Incidência Política;

Eixo 3

Ações de Comunicação e Informação em Saúde.

Além disso, em 12 de maio de 2020, o movimento também organizou e sistematizou um amplo [sistema de monitoramento de casos de infectados e óbitos pela Covid-19](#), atualizado através de um boletim semanal por território indígena, município e povo indígena, por meio do *Comitê Nacional de Vida e Memória Indígena, criado na Assembléia da Resistência Indígena*, e que contou com o apoio de cientistas, instituições públicas de ensino e pesquisa (tal como a Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO) e organizações não-governamentais.



Fonte: [Sistema de Monitoramento "Dados Covid-19" organizado pelo Comitê Nacional de Vida e Memória Indígena vinculado à APIB.](#)

Esse monitoramento levou em consideração todos os indivíduos e grupos autoidentificados como indígenas, independentemente do local onde vivem, diferente do sistema de monitoramento da Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, que considera somente os indígenas residentes em territórios reconhecidos legalmente. Isso desconsidera os que estão nas cidades ou em áreas em litígio, levando a uma subnotificação dos dados epidemiológicos sobre as populações indígenas.



Fonte: [Foto de Bruno Kelly, que retrata o slogan "Vidas Indígenas Importam" da campanha Emergência Indígena e do plano de enfrentamento da Covid-19 no Brasil.](#)

Como resultado do plano de enfrentamento e do sistema de monitoramento, a APIB elaborou um amplo relatório analítico, lançado em dezembro de 2020, sobre os impactos da pandemia, intitulado [“Nossa luta é pela Vida”](#). O relatório é organizado em quatro eixos de conteúdo, de cartas de manifesto e de um espaço para receber apoios e doações.

O primeiro eixo, intitulado *“Não é apenas um vírus”* apresenta os impactos da pandemia associados às inúmeras denúncias de problemas que se exacerbaram no período, tal como invasão de territórios, desmatamentos e queimadas de florestas nativas, agressões e assassinatos de lideranças, ameaças no Congresso Nacional e de ações por parte do governo federal, entre outras reivindicações.

O segundo eixo *“Vidas Indígenas”*, apresenta uma síntese do alcance das ações da APIB nos territórios indígenas durante a pandemia, com o quantitativo de pessoas atendidas, de máscaras entregues, de barreiras sanitárias instaladas e de Distritos Sanitários Especiais Indígenas equipados pelo movimento indígena.

O terceiro eixo *“Nossa Luta pelos Dados”*, traz uma contextualização dos dados públicos fornecidos pelo Estado sobre a saúde dos povos indígenas e um diagnóstico dos problemas das informações fornecidas pela Secretaria Especial de Atenção à Saúde Indígena do Ministério da Saúde (SESAI-MS) durante a pandemia.

O quarto eixo *“Nosso Direito de Existir”*, traz uma sistematização do histórico de luta e resistência jurídica enfrentado pelos povos indígenas para a garantia dos seus direitos constitucionalmente garantidos, como o direito à saúde.

Entretanto, foi necessária uma ação da APIB no judiciário para que o governo brasileiro fosse pressionado a cumprir seu papel constitucional de garantir a assistência integral à saúde no contexto da pandemia, a proteção territorial e, particularmente, contra as ameaças aos povos isolados e de recente contato.

AÇÃO JUDICIAL

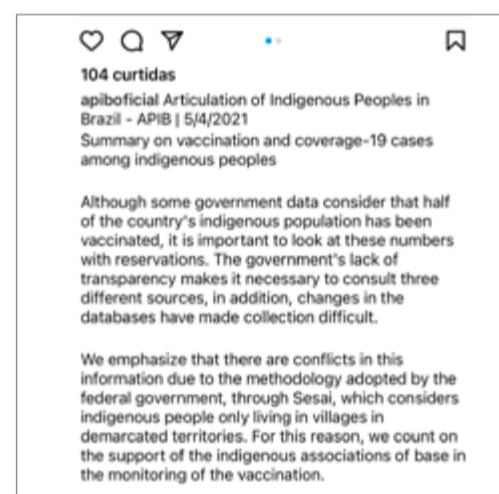
Em junho de 2020, a APIB ingressou com Arguição por Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 709) no Supremo Tribunal Federal brasileiro, em colaboração com diversos partidos políticos. **O STF, por meio da ADPF 709, exigiu do governo federal a adoção de medidas para conter o avanço da pandemia**

nos territórios indígenas

Nesse contexto, ressaltase o veto do Presidente da República a diferentes trechos do Projeto de Lei nº 1142, aprovado pela Câmara dos Deputados e o Senado Federal em junho de 2020, que previa medidas emergenciais para povos indígenas e quilombolas. **Julgado em agosto de 2020, o STF referendou a garantia da extensão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASISUS) aos povos em territórios não homologados e em contexto urbano com barreiras de acesso ao SUS, além de outras medidas para povos isolados e a criação de um GT formado entre indígenas e especialistas, incluindo a Fiocruz e a Abrasco.**

Vacina Parente

Em janeiro de 2021, a APIB acionou novamente o STF por meio da ADPF 709 para garantir a imunização de todos os indígenas no país incluindo aqueles que vivem em contexto urbano e em terras não homologadas, que a princípio haviam sido excluídos pelo governo federal do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19. Nessa seara, a APIB lançou a campanha “[Vacina Parente](#)”, que procurou fortalecer a adesão dos indígenas à primeira fase da vacinação em um momento em que havia alta resistência e disseminação de *fake news*.



Fonte: [Publicação do Instagram da APIB com a informação da porcentagem da população imunizada em 05 de maio de 2021.](#)

Esta iniciativa contou com produção e difusão de material audiovisual, tais como podcasts, cartilhas, vídeos, animações, infográficos, entre outros, com informações científicas e técnicas de indígenas que são enfermeiros, médicos e agentes comunitários em seus territórios. Por meio da página virtual <http://emergenciaindigena.apiboficial.org/vacinaparente/> seu objetivo foi conscientizar a população sobre a importância da vacinação, e contou com tradução para diversos idiomas indígenas, além da produção de explicações e esclarecimentos por parte de cientistas de universidades e instituições de pesquisa. A campanha também tem realizado monitoramento constante das doses aplicadas em indígenas a partir dos dados disponibilizados pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), Rede Nacional em Dados em Saúde (RNDS) e a Coordenação-Geral do Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde.

De modo conjunto à pauta da vacinação, a mobilização nas redes e nas ruas contra o governo federal se fez presente em todo o período da pandemia, em articulação com movimentos sociais de todo país. A vacinação tornou-se uma bandeira política que aglutinou entidades e organizações diversas em torno do pedido de impeachment do presidente Jair Bolsonaro. Em todas as mobilizações presenciais, a APIB enfatizava e fortalecia em suas redes as medidas de prevenção ao contágio do novo coronavírus, com o uso de máscaras, realização de testes rápidos e distanciamento social.

Fonte: [Publicação no Instagram da APIB de divulgação da mobilização nacional nas ruas do país no dia 19 de junho, junto à pauta da vacinação e da demarcação das terras indígenas, que se repetiu em outras edições.](#)



Pautas e preocupações presentes e futuras

Ao longo da pandemia a APIB travou inúmeras lutas para a garantia dos direitos dos povos indígenas e diversas campanhas e manifestações virtuais e presenciais foram organizadas. Além disso, mobilizou as redes nacionais e internacionais, com diferentes setores da sociedade tal como a artística, acadêmica e jurídica, com destaque para o Acampamento Terra Livre, a Primavera Indígena, o Mobiliza Parente, a Marcha das Mulheres Indígenas, entre outros.

O ano de 2021 se iniciou com denúncias nas redes sociais sobre os violentos ataques aos territórios Yanomami e Munduruku e a APIB retornou ao STF, por meio da ADPF 709, com o pedido de proteção e retirada dos invasores. A principal bandeira nas redes sociais da APIB girou em torno da resistência ao projeto de lei nº 490 e ao julgamento no STF do recurso extraordinário, cujo tema de debate é a tese do Marco Temporal – que estabelece que os povos indígenas

só podem reivindicar terras ocupadas até 5 de outubro de 1988, dia da promulgação da Constituição vigente. Do ponto de vista do movimento indígena, esse projeto é um retrocesso e de interesse exclusivo dos setores que se opõem aos povos e direitos indígenas.

Fonte: [Publicação no Instagram da APIB de divulgação da mobilização nacional nas ruas do país do dia 19 de junho, junto à pauta da vacinação e da demarcação das terras indígenas, que se repetiu em outras edições.](#)



Destaca-se também a articulação da APIB em fóruns internacionais para a [denúncia](#) de violações de direitos humanos e dos direitos indígenas cometidos pelo governo Bolsonaro desde janeiro de 2019.

Fonte: [Foto de Ueslei Marcelino \(via Reuters\) da manifestação dos povos indígenas na Esplanada dos Ministérios em Brasília-DF contra a atuação do governo federal na pandemia, veiculada em matéria jornalística no site da APIB.](#)



Essas manifestações estão no “*Dossiê Internacional de Denúncias dos Povos Indígenas*” e na denúncia formalizada pela APIB em 09 de agosto de 2021 pelo crime de genocídio e ecocídio ao Tribunal Internacional Penal de Haia - a primeira vez na história que uma organização indígena protagonizada por advogados indígenas denunciam o Estado neste tribunal.



LANCEROS DIGITALES E AS CONFEDERAÇÕES INDÍGENAS NO EQUADOR

A CONAIE (Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador) é uma organização criada em 1986 que reúne nacionalidades, povos, comunidades, centros e associações indígenas do Equador: Kichwa, Shuar, Achuar, Waorani, Sapara, Andwa, Shiwiar, Cofan, Siona, Siekopai e Kijus (na Amazônia); Tsachila, Epera, Chachi, Awa, Manta e Wankavilka (na Costa); e povos da nacionalidade Kichwa: Palta, Sarakuru, Kañari, Puruwa, Chibuleo, Tomabela, Salasaca, Kisapincha, Waranka, Kitukara, Kayampi, Otavalo, Karanki, Natabuela e Pasto (na região da Serra).

CONAIE



<https://conaie.org/>



[@conaie](https://www.instagram.com/conaie)



[@conaie.org](https://www.facebook.com/conaie.org)



[CONAIE_Ecuador](https://twitter.com/CONAIE_Ecuador)

Os principais objetivos da CONAIE incluem a luta pela defesa das terras e territórios indígenas; o fortalecimento da educação intercultural bilíngue; o exercício dos direitos coletivos dos povos e nacionalidades indígenas do Equador; o fortalecimento da autolegislação comunitária, entre outros.

É composta por três plataformas regionais que são: ECUARUNARI (Equador Runacunapak Rikcharimui), CONFENIAE (Confederação das Nacionalidades Indígenas da Amazônia Equatoriana e CONAICE (Confederação das Nacionalidades Indígenas da Costa do Equador).

CONFENIAE é uma organização indígena regional que reúne organizações e federações de base, pertencentes às onze nacionalidades amazônicas. Desde seu início, em 1980, seus temas centrais foram a defesa dos territórios indígenas e a luta contra o extrativismo. As iniciativas de comunicação comunitária da organização são lideradas pelos *Lancers Digitales*, uma equipe formada por comunicadores comunitários das nacionalidades, organizações e federações de base que buscam atuar por meios digitais.

CONFENIAE



<https://confeniae.net/>



[@confeniae](https://www.instagram.com/confeniae)



[@omunicacionconfeniae.redacangau](https://www.facebook.com/omunicacionconfeniae.redacangau)



[CONFENIAEI](https://twitter.com/CONFENIAEI)

Site **LANCEROS DIGITALES**



<https://lanceros.confeniae.net/>



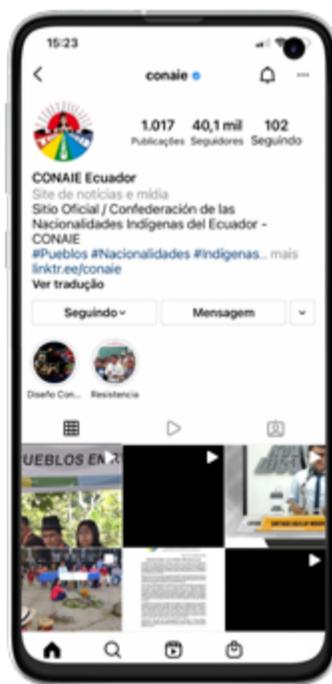
[@Lanceros-Digitales-519854178370442](#)



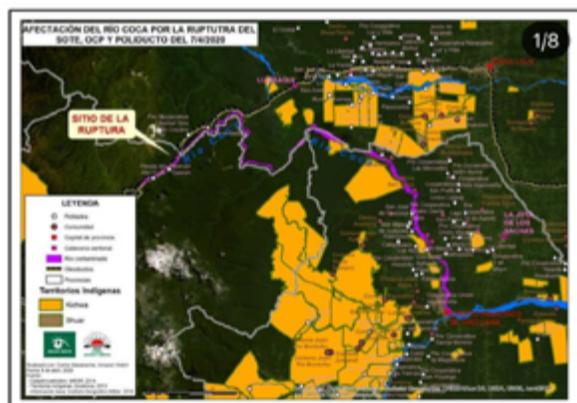
[LancerosDigita3](#)

A relação com o Estado

No que se refere à CONAIE e à CONFENIAE, a relação das organizações e da população indígena com o Estado é muito presente, mas existe uma constante denúncia de uma resposta insuficiente desse ente. Por exemplo, a partir de 18 de março de 2020, a CONAIE publicou em suas redes mapas diários do tipo infográfico em espanhol e no idioma kichwa com informações retiradas do Serviço Nacional de Gestão de Riscos e Emergências (SNGRE), que se encarregava de gerar periodicamente relatórios e infográficos sobre a situação da pandemia, como órgão coordenador de emergências e desastres no país. No entanto, em abril, a CONAIE deixou de compartilhar essas informações para denunciar que os números oficiais não refletiam a magnitude da crise de saúde que vivia o país.



Fonte: [Mapa de área afetada pelo derramamento de petróleo em comunidades de nacionalidade kichwa na Amazônia equatoriana.](#)



185 curtidas

conaie #DerrameCrudoAmazonía En estos mapas se muestran las comunidades y poblaciones que se verían afectadas por la ruptura del #SOTE, en sector de San Rafael, luego que varias comunidades reportaran fluido de petróleo en sus comunas en las riberas de los ríos Coca y Napo.

#SomosConaie #Ecuador #amazonia #napo #sucumbios #coca #contaminacion #oil #pueblosindigenas

Ver todos os 11 comentários

8 de abril de 2020 · Ver tradução

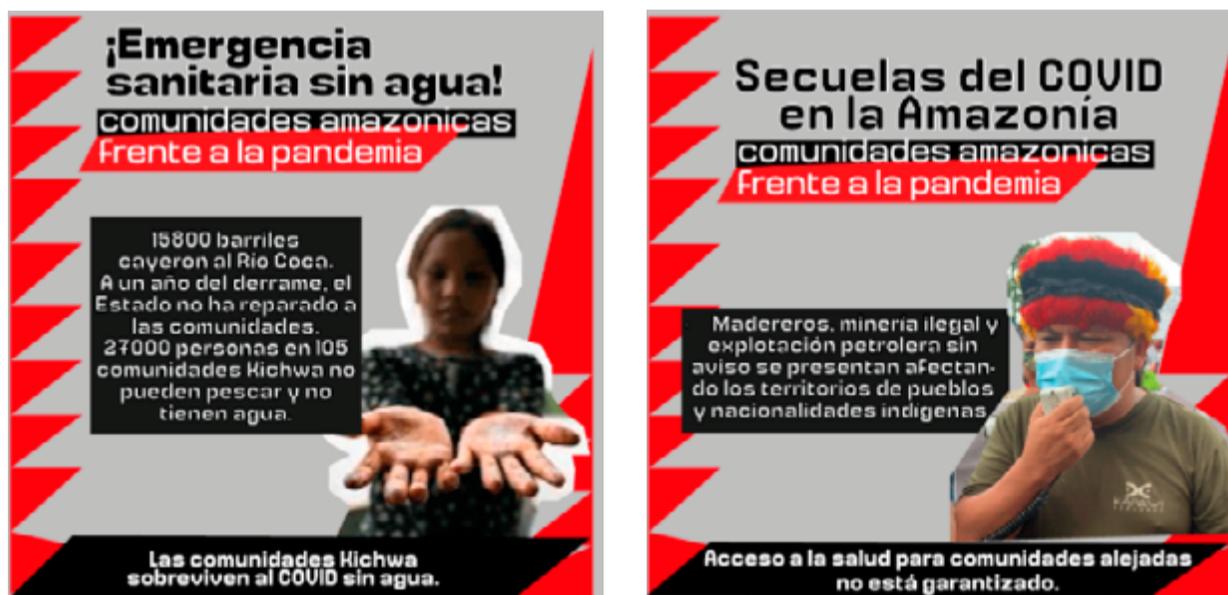
Por outro lado, tanto a CONAIE quanto a CONFENIAE têm utilizado um modelo de autogestão e alianças estratégicas com a academia e ONGs que atuam no nível local, além de organizações que transcendem fronteiras, como a Coordenação de Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA). Exemplo disso é como

CONAIE, CONFENIAE e COICA trabalharam juntas em iniciativas de denúncia e reparação diante da devastadora situação ocorrida em 7 de abril de 2020, em que um derramamento de 15.800 barris de petróleo afetou mais de 105 comunidades Kichwa com uma população de pelo menos 27.000 pessoas.

Denúncias, agendas e lutas

A CONAIE tem denunciado continuamente como as medidas econômicas de ajuste impactam as populações indígenas em um contexto de pandemia. A partir dessa organização, mantêm-se propostas populares de curto, médio e longo prazos sobre saúde, seguro social, política econômica, educação intercultural, soberania alimentar e políticas antiextrativistas. Em julho de 2020, o Parlamento Plurinacional dos Povos, Organizações e Coletivos Sociais do Equador, do qual a CONAIE faz parte, apresentou um documento denominado “Minga¹ pela vida”; que inclui essas propostas. Além disso, a CONAIE mantém agendas que transcendem o contexto da pandemia, como a luta por líderes e lideranças indígenas criminalizados antes e durante a pandemia.

Em outubro de 2020, no marco da audiência temática da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), organizações indígenas denunciaram a negligência e a ineficácia do Estado equatoriano no enfrentamento da pandemia, que se reflete no tratamento discriminatório no acesso aos serviços de saúde, o aumento das ameaças extrativistas, a não atenção às inundações de rios e o derramamento de petróleo do dia 7 de abril de 2020, a falta de políticas interculturais, entre outros.



Fonte: Relatório gráfico elaborado pela CONFENIAE e pelos Lanceros Digitales com as ações de populações indígenas frente à pandemia, associados a outras denúncias que revelam a negligência do Estado em relação aos povos indígenas.

¹ trabalho coletivo para o bem comum

Campanhas e comunicação sobre Covid-19

Há um esforço constante da CONAIE, da CONFENIAE e dos *Lanceros Digitales* para informar e conscientizar as populações indígenas sobre a pandemia e seus impactos por meio da produção de conhecimento e criação de conteúdos próprios compartilhados em seus sites e redes sociais.

Tanto a CONAIE quanto a CONFENIAE criaram protocolos e manuais com indicações para a prevenção e gestão da pandemia em comunidades indígenas, como o de [“Indicações para prevenir o coronavírus em comunidades indígenas do Equador”](#). O documento, validado pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS), inclui recomendações sobre o que fazer e o que não fazer em aspectos como: prevenir a doença na comunidade, evitar o contágio ou contagiar outras pessoas, o que fazer se apresentarem sintomas e o que fazer em caso de morte. A CONFENIAE lançou também uma série de campanhas de informação sobre Covid-19 em espanhol e línguas nativas, que podem ser encontradas [no site dos Lanceros Digitales](#): imagens, infográficos, materiais audiovisuais e animações em espanhol e em várias línguas nativas, como o kichwa, shuar chicham, waotededo, a'ingae e paikoka.

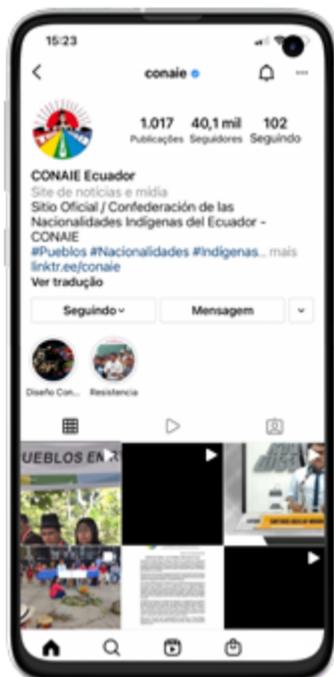
¿Tiene coronavirus, gripe o influenza?
Este esquema puede guiarle para diferenciar entre estas enfermedades con síntomas parecidos

	COVID-19 progresivo	Gripe progresivo	Influenza súbita	rara vez	algunas veces	siempre
Fiebre	●	●	●	●	●	●
Fatiga	●	●	●	●	●	●
Tos	●	●	●	●	●	●
Estornudos	●	●	●	●	●	●
Dolores	●	●	●	●	●	●
Congestión nasal o mocos	●	●	●	●	●	●
Dolor de garganta	●	●	●	●	●	●
Diarrea	●	●	●	●	●	●
Dolor de cabeza	●	●	●	●	●	●
Dificultad para respirar	●	●	●	●	●	●

¿Tiene coronavirus, gripe o influenza?
Este esquema puede guiarle para diferenciar entre estas enfermedades con síntomas parecidos

	Jatai sunkar muras	Ujaksunkur muras	Karam tsunmu sunkar Mayaltamar	atur	nirwas	Tuke
Tsuéma	●	●	●	●	●	●
Pimpimiat (nekapeamu)	●	●	●	●	●	●
Ujuk	●	●	●	●	●	●
Tsuémat	●	●	●	●	●	●
Najaimamu (inash)	●	●	●	●	●	●
congestión nasal	●	●	●	●	●	●
Sóme najaimamu	●	●	●	●	●	●
Ijáreama	●	●	●	●	●	●
Muáknajamat	●	●	●	●	●	●
Maytkashma	●	●	●	●	●	●

Fonte: [Campanha #COVID19 em Línguas Nativas, com quadro de sintomas de Covid-19, gripe e influenza, para várias línguas indígenas do Equador.](#)



Fonte: Publicações na página do Instagram da CONAIE a respeito de medidas de prevenção ao contágio da Covid-19 em territórios indígenas. Respectivamente, publicação de [21 de abril de 2020](#) e de [16 de junho de 2020](#).



Os *Lancers Digitales* têm desempenhado um papel fundamental neste período, pois através de séries audiovisuais, publicações digitais e imagens, têm comunicado continuamente sobre os impactos da pandemia nos territórios amazônicos e têm contribuído para a geração de campanhas de informação.

JAMBI

A série “Jambi” sintetiza as ações de resposta à pandemia que incluem experiências de treinamento, materiais audiovisuais de prevenção, métodos comunitários de prevenção e gestão da pandemia e o uso de plantas medicinais e remédios ancestrais. Como parte destas iniciativas, foi publicado o “Manual de plantas medicinais para o tratamento da COVID-19 em comunidades indígenas da nacionalidade Kichwa de Pastaza”.



Fonte: [Divulgação e disponibilização da publicação intitulada “Manual de plantas medicinais para o tratamento da COVID-19 em comunidades indígenas da nacionalidade Kichwa de Pastaza”, que integra a frente de ações “JAMBI: Comunidades amazônicas frente a la Pandemia”.](#)



Colaboração

Duas guias especificamente relacionadas à pandemia foram habilitadas no site da CONFENIAE: Monitoramento Covid-19 (Monitoreo Covid-19) e Campanha Covid-19 (Campaña Covid-19). Como parte do monitoramento, em colaboração com Amazon Watch, Fundação ALDEA e Instituto de Geografia da USFQ, foi criada uma [plataforma interativa](#) para ter dados específicos sobre os casos em cada nacionalidade amazônica.

Esta iniciativa foi pensada em resposta à ausência de informação pública clara e como uma ferramenta para canalizar e coordenar

os cuidados de emergência. Além de filtrar informações por nacionalidade e província, o portal mostrava dados de casos positivos, suspeitos, negativos e recuperados; mortes confirmadas e com sintomas; e número de testes realizados.



Fonte: [Reprodução do Sistema de Monitoramento de Covid-19 organizado pela CONFENIAE.](#)

As ações de enfrentamento à pandemia promovidas pela CONAIE e CONFENIAE em nível nacional e regional incluem:

- medidas de controle de acesso aos territórios;
- formas de autogestão da pandemia que incluem apoio direto às comunidades com alimentos, medicamentos, testes PCR, brigadas de atendimento, entre outros;
- formação de Comitês de Operações de Emergência comunitários;
- atividades de permuta e troca de produtos entre as comunidades, fortalecendo os canais de comercialização entre o campo e a cidade;
- campanhas de solidariedade campo-cidade para troca de produtos entre as províncias.

A CONFENIAE preparou [cartilhas](#) com mapas que mostram redes de estabelecimentos de saúde mais próximas dos territórios Achuar, Al' Cofán, Shuar-FENASHP, Shuar-PSHA, Siona, Waorani, nas quais são descritas as vias de acesso e tempo de mobilização e os recursos dos estabelecimentos. Essas cartilhas foram resultado de um processo coletivo com comunidades, líderes de organizações.



O CONGRESSO NACIONAL INDÍGENA E A EXPERIÊNCIA “SALUD CHERÁN” NO MÉXICO

O Congresso Nacional Indígena (CNI) foi criado em 12 de outubro de 1996 e constitui um espaço para todos os povos originários do México que se identificam como autônomos, para fortalecer as lutas de resistência com suas próprias formas de organização, representação e tomada de decisões. Cerca de 520 comunidades, de 25 estados do país e 43 povos indígenas participam ativamente do CNI.



<http://congresonacionalindigena.org/>



[@Congresonacionalindigenamexico](https://www.facebook.com/Congresonacionalindigenamexico)



[CNI_Mexico](https://twitter.com/CNI_Mexico)

O CNI adere à Sexta Declaração da Selva Lacandona, documento emitido pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional em junho de 2005 para anunciar que, a partir daquele momento, os integrantes de seu movimento buscariam construir a democracia que a rota eleitoral sistematicamente lhes negou, ou seja, a partir dessa data, iniciaram um processo de politização horizontal para a elaboração de um programa de luta nacional e de esquerda.

Como aderentes a esta Declaração, os povos que integram o CNI exercem “autonomia de fato e resistência indígena às últimas consequências”. Para atingir esse objetivo, eles se relacionam com organizações que resistem e lutam contra o neoliberalismo; tentam construir outra forma de fazer política, governando sua organização pelos princípios do zapatismo para um bom governo; concebem os cargos públicos como uma expressão da coletividade e, portanto, buscam assegurar que seus representantes sejam eleitos de forma rotativa. A mobilização dos povos que compõem o CNI é orientada pela centralidade da ação e da palavra na tomada de decisões.

Os membros do CNI são povos, nações e tribos originários do México: Amuzgo, Binnizá, Chichimeca, Chinanteco, Chol, Chontal de Oaxaca, Chontal de Tabasco, Coca, Comcac, Cuicateco, Cucapá, Guarijío, Ikoots, Kumiai, Lacandón, Mam, Matlazinca, Maya, Mayo, Mazahua, Mazateco, Mixe, Mixteco, Nahua, Ñahñu/Ñajtho/Ñuhu, Náyeri, Popolucá, Purépecha, Rarámuri, Sayulteco, Tepehua, Tepehuano, Tlapaneco, Tohono Oódam, Tojolabal, Totonaco, Triqui, Tzeltal, Tzotzil, Wixárika, Yaqui, Zoque, Afromestizo y Mestizo.

Ainda que o fato de serem regidos pelos princípios da boa governança confira coesão aos povos originários ao reivindicar seus direitos, a defesa do território frente a dinâmicas empresariais e governamentais que fomentam a expropriação amplia as condições de vulnerabilidade dos povos indígenas - condições que se agravaram no contexto da pandemia.

Durante a pandemia, os povos indígenas vinculados ao CNI mantiveram sua relação com a esfera pública por meio de atos de denúncia e reuniões políticas presenciais. Para esses povos, o ambiente virtual aparece principalmente como meio de divulgação das demandas que eles fazem constantemente de forma presencial.

As palavras “doença” e “pandemia” foram incorporadas às redes sociais do CNI para se referir ao capitalismo e ao sistema de extermínio que persegue os povos indígenas há 500 anos. A pandemia é descrita como um perigo para as formas de organização dos povos indígenas, uma vez que, em muitas comunidades, as medidas sanitárias tornaram-se um limite para a realização de suas assembleias e, em sua avaliação, a Covid-19 tem respaldado uma estratégia de medo, que tem a intenção de paralisar os povos indígenas e fazê-los acreditar que a luta é menos importante.

Isso não significa que os povos indígenas não tenham implantado ou promovido medidas de cuidado sanitário. Pelo contrário, desde os primeiros dias da pandemia, várias comunidades e organizações indígenas tomaram medidas de cuidado, mas foram promovidas no nível da comunidade, não no ambiente virtual², tais como:

- Os Purépechas em Cherán fecharam entradas e saídas de suas comunidades e fizeram gel antibacteriano;
- Os Guarijíos, Seris, Cucapá, Mixes e Mayas, além de fechar as entradas, instalaram filtros sanitários;
- Várias comunidades no estado de Guerrero solicitaram apoio do governo;
- Artistas de Río Blanco Taller fizeram um vídeo, 5 pôsteres e uma história para crianças em Zapoteco;
- O Conselho Regional Maya Mam preparou folhetos preventivos em Mam;
- Os Tsotsiles, de Chiapas, instalaram filtros comunitários e os Tseltales, do mesmo estado, compraram máscaras faciais e gel antibacteriano.

² Cortez Gómez, Renata (2020), “Pueblos indígenas y el Covid-19 en América Latina, Vulnerabilidades y Resistencias, Situación en México”. 14a Edición del Título de Experto en Pueblos Indígenas, Derechos Humanos y Cooperación Internacional. 09 de junho de 2020. Madrid: Universidade Carlos III.

Uma importante comunidade indígena no México é **San Francisco Cherán**, que tem **15.734 habitantes** (7.521 homens e 8.213 mulheres), dos quais **27,39%** falam a língua **p'urhépecha**.

Salud Cherán e a resposta à pandemia

O CNI se apoiou em suas contas no Facebook e no Twitter para divulgar as ações de protesto e reivindicação que os povos realizaram presencialmente. Já a comunidade de San Francisco Cherán fez a divulgação das atividades de cuidado sanitário comunitário na conta do [Facebook Salud Cherán](#), conforme os exemplos abaixo.

Relatórios Covid: produção constante de infográficos sobre pessoas infectadas e mortas em decorrência da doença, elaborados com a informação disponibilizada pelas autoridades sanitárias federais.



Fonte: [Extraídos da galeria de fotos da conta Salud Cherán.](#)



Fonte: [Publicação no Facebook sobre ações de desinfecção promovidas no Hospital Integral de Cherán.](#)

Atividades de desinfecção: ronda pelas ruas e prédios frequentemente usados pela comunidade com lavadora de alta pressão para desinfetar as superfícies.



Atividades de cuidado em saúde comunitária: práticas promovidas por agentes comunitários da saúde para estimular o cumprimento das medidas, facilitar o registro da população na plataforma de vacinação e a aquisição, por meio de doação, de concentradores de oxigênio para disponibilização gratuita às pessoas necessitadas de suporte respiratório na comunidade.



Fonte: [Publicação no Facebook sobre ações comunitárias voltadas à disponibilização de oxigênio para a comunidade Cherán.](#)

Boletins informativos: folhetos elaborados em papel tamanho carta com o objetivo de levar informações sobre as atividades sanitárias promovidas na comunidade para quem não possui redes sociais.



Fonte: [Publicação no Facebook com o boletim informativo das ações sanitárias promovidas pela comunidade Cherán.](#)

Divulgação de informações sobre a Covid-19: compartilhamento constante de informações úteis para explicar a origem do vírus Sars-Cov2 ou o processo científico que está por trás da produção das vacinas. Embora promovam medidas no âmbito comunitário, em várias de suas publicações, utilizam os dados e informações compartilhados pelas autoridades sanitárias federais.



Fonte: [Publicação no Facebook com informativo científico sobre Covid-19 e o vírus SARS-COV-2.](#)

Campanhas de promoção da manutenção de normas sanitárias: disseminação dos padrões sanitários por meio de banners colocados em diversos pontos da comunidade.



Fonte: [Publicação no Facebook com campanhas informativas instaladas em painéis presenciais na comunidade.](#)

A informação compartilhada por meio da conta do Facebook “Salud Cherán” é uma amostra das dinâmicas de proteção construídas a partir do nível local de vários dos povos indígenas vinculados ao CNI. Cada medida sanitária promovida pelo governo federal foi revista em assembleia e foram implantadas práticas locais de cuidado, várias delas amparadas pela medicina tradicional a partir de uma abordagem que conecta o cuidado individual ao cuidado coletivo.

ETNOGRAFIA -

MOVIMENTOS EM CONTEXTOS URBANOS (NÃO INDÍGENAS)



Movimentos sociais **em contextos urbanos**

Os movimentos sociais articulados em contextos urbanos nos três países estudados representam bandeiras e pautas de lutas bastante distintas e de grande importância para seus locais de origem. O crescimento das desigualdades socioeconômicas, agravados pela pandemia da Covid-19 nos três países, que adotam políticas neoliberais de austeridade fiscal, impactaram de modos distintos as populações vulnerabilizadas e aprofundaram problemas que enfrentavam anteriormente.

O crescimento da violência doméstica contra a mulher com as medidas de isolamento e distanciamento social no Equador; o ressurgimento da problemática da fome e da insegurança alimentar frente ao aumento do desemprego e o desmantelamento das políticas de seguridade social no Brasil; e o desaparecimento de pessoas mesmo no contexto de pandemia e os desafios em se manter as políticas de buscas e investigação forense no México - são todos problemas que representam fragmentos das consequências da pandemia que ultrapassam a ação de um vírus e reforçam a noção de que a saúde é coletiva e produto de inúmeros fatores sociais, políticos, econômicos, ambientais, entre outros.

Os movimentos sociais estudados posicionaram-se frente à Covid-19, porém, não com ações de cunho sanitarista propriamente dito, mas com iniciativas diversas que representaram as prioridades e necessidades de sobrevivência dessas populações no curso da pandemia.

PRINCIPAIS ACHADOS - MOVIMENTOS DE CONTEXTOS URBANOS (NÃO INDÍGENAS)

Reforço de Pautas histórica

- Violência contra mulheres e meninas
- Garantia de direitos humanos
- Aborto como tema de saúde pública

Ação na internet

- Lançamento de campanhas e chamadas de encontros virtuais, como Campanha “Mulheres aos Candidatos”, Campanha “Um pacto justo por elas”, “Jornadas virtuais para meninas e mulheres” e “Encontro de mulheres líderes”

Relação com o Estado

- Questionamento de medidas de ajuste fiscal, recortes financeiros e desproteção trabalhista

CNME
(Coalizão Nacional de Mulheres do Equador)
EQUADOR

Impacto da Pandemia

- O isolamento obrigatório impediu a continuação de buscas de desaparecidos
- O MNDM sinalizou a importância de se manter os mecanismos de identificação de corpos, frente às novas regras por conta da Covid-19

Ação na internet

- Início de dinâmicas online para manter ativas as ações: Debates, Campanhas como o Dia das Mães #CoraçõesEmMarcha, #MemoriaVivaSuaLembrança #QueremosVocêDeVolta, #PrincípiosOrientadores

Relação com o Estado

- Luta pelo reconhecimento e aprovação de marcos legais como a modificação da responsabilidade pela busca e localização de pessoas desaparecidas

MNDM
(Movimento pelos Nossos Desaparecidos do México)

MÉXICO

Ação na internet

- Organização da ação “Favela contra o Vírus” com inúmeras ações na internet e nos territórios
- Organização de serviço de tira-dúvidas com relação à pandemia de Covid-19
- Criação de campanhas para doação de alimentos e dinheiro
- Data Favela - pesquisa sobre os impactos sociais da pandemia nas favelas

Empreendedorismo Social

- Distribuição de renda e fortalecimento do mercado local nas favelas
- Articulação com empresas, bancos privados e redes sociais (TikTok) para suporte as ações comunitárias

Reorientação das ações para o enfrentamento da pandemia

- Pauta de lutas se virou para o combate à fome com a arrecadação e a doação de alimentos e a criação de bolsa financeira pago às mulheres mães cuidadoras
- Temática do futebol como integradora de ações e reorientada para o combate à fome

CUFA
(Central Única das Favelas)
BRASIL





FEMINISTAS NO EQUADOR E O DIREITO À AGENDA DE GÊNERO NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA

A Coalizão Nacional de Mulheres do Equador (CNME) surgiu em 2014, a partir da elaboração coletiva do Relatório Sombra ao Comitê da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), que contou com a participação de organizações feministas e de mulheres a nível nacional, regional e local.

Atualmente, a CNME é formada por 24 organizações que buscam influenciar politicamente e fazer cumprir os compromissos do Estado equatoriano em relação aos direitos humanos de meninas, adolescentes e mulheres. A Coalizão constrói pontes com a academia e os órgãos técnicos do Estado, com forte uso da pesquisa e dados próprios para mobilizar suas agendas.



<https://coaliciondemujersec.com>



[@coalicionnacionaldemujeres](https://www.instagram.com/coalicionnacionaldemujeres)



[@coalicionmujersec](https://www.facebook.com/coalicionmujersec)



[EcMujeres](https://twitter.com/EcMujeres)



A CNME faz parte do movimento feminista e de mulheres do Equador, um movimento amplo e multidiverso que reúne mulheres e meninas de todas as diversidades do país, e que também tem alianças espontâneas e múltiplos porta-vozes. A CNME e as organizações que a compõem têm posicionado temas centrais que incluem a luta por uma vida livre de violências, a garantia dos direitos humanos para mulheres e meninas, o aborto como um tema de saúde pública, entre outros. Durante a pandemia, surgiram e se reforçaram os meios e formas de comunicação pelas redes sociais e estratégias de mobilização por mídias digitais.

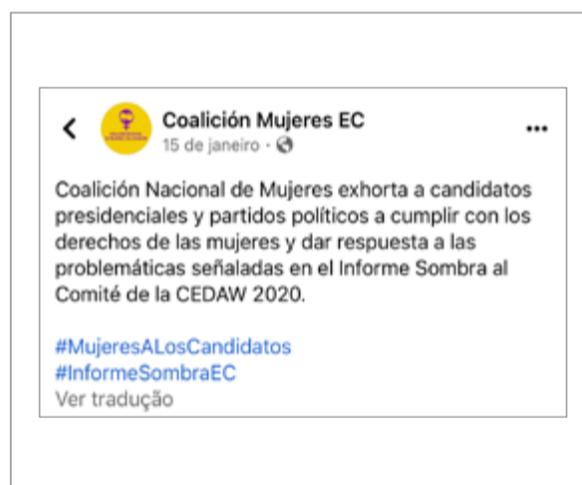
Durante a pandemia

Em seus comunicados e campanhas, a CNME questionou as medidas do Estado durante a pandemia, como a securitização, os cortes no orçamento e a falta de proteção ao emprego. Também realizou ações de incidência política em temas fundamentais e reformas legislativas, como a discussão sobre o Código Orgânico de Saúde (COS), a descriminalização do aborto e os debates em torno das reformas do Código da Infância e da Adolescência. Uma das estratégias-chave da Coalizão é a participação e organização de coletivas de imprensa, webinários e discussões sobre temas específicos, e com a participação de porta-vozes. No período estudado, algumas

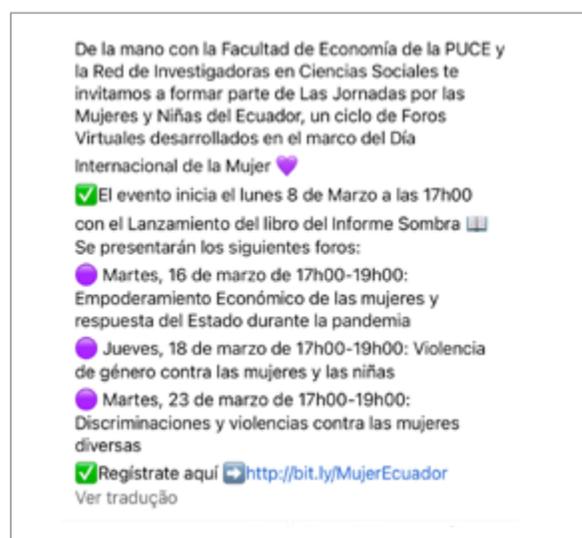
das campanhas e iniciativas mobilizadas pela CNME através de seu site e redes sociais incluem: Campanha “Mulheres aos candidatos”, Campanha “Um pacto justo por elas”, “Jornadas virtuais para meninas e mulheres” e “Encontro de mulheres líderes”.

Através dessas iniciativas, a CNME tem utilizado suas redes sociais e ferramentas digitais para gerar espaços de diálogo e denúncia sobre a situação de mulheres e meninas no Equador. Por exemplo, em junho de 2021, o “Encontro de Mulheres Líderes: Decisões urgentes para transformar a vida de mulheres e meninas no Equador” foi realizado através do Facebook ao vivo. As lideranças feministas participaram dessas reuniões, que dialogaram sobre vários temas, incluindo: a omissão do Estado em não atuar na prevenção e erradicação da violência; a necessidade de um sistema nacional de cuidados e de trabalhar na corresponsabilidade no cuidado humano; a situação de violência múltipla contra mulheres racializadas, especialmente mulheres afro-equatorianas; a falta de mecanismos de reparação integral; a importância da sociedade civil na documentação e monitoramento dos casos de violência e feminicídio, entre outros temas.

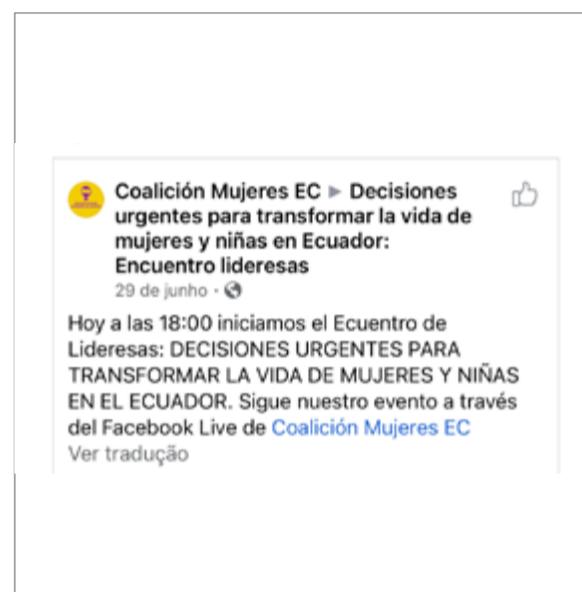
Fonte: [Publicação no Facebook com a campanha mobilizada pela CNME para debates com candidatos à Presidência da República.](#)



Fonte: [Publicação no Facebook com a chamada para as jornadas virtuais no mês de março de 2021 em referência ao Dia Internacional da Mulher.](#)

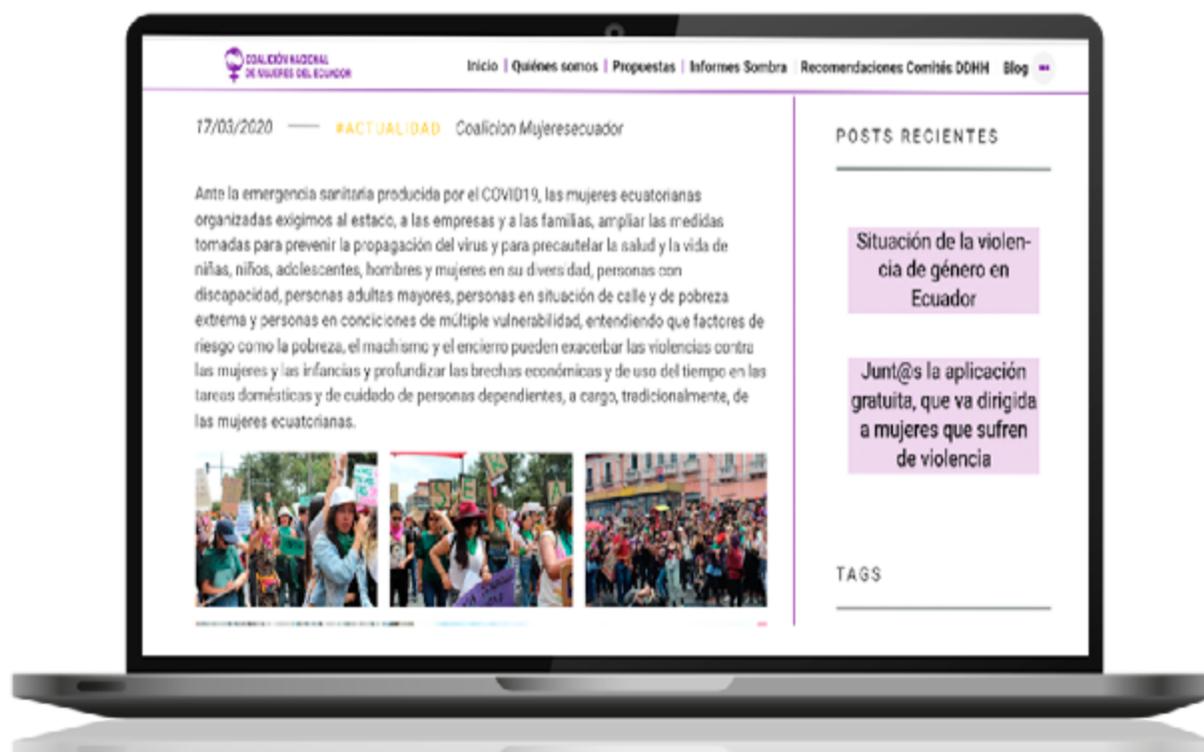


Fonte: [Publicação no Facebook com a chamada para o Encontro de Lideranças sobre a discussão das pautas da CNME no mês de julho de 2021.](#)



A CNME organizou campanhas sobre o aumento da violência de gênero em decorrência das medidas de isolamento social adotadas pelo governo para conter a pandemia. Em março de 2020, publicou o [Manifesto #QuarentenaSemMachismoNemViolencia](#), um apelo às famílias, comunidades e Estado para que tomem medidas para garantir o direito das mulheres a viver sem violência. Nesse manifesto, é mencionado que fatores de risco como pobreza, machismo e confinamento podem exacerbar as violências contra as mulheres e crianças e aprofundar as lacunas econômicas e de uso do tempo nas tarefas domésticas e de cuidado de pessoas dependentes, tradicionalmente a cargo das mulheres.

Fonte: [Print extraído da página oficial da CNME com uma nota explicativa sobre o posicionamento das mulheres frente à pandemia e as demais pautas prioritárias pelo movimento.](#)



De acordo com a **CNME**, o custo país da violência no **Equador** chega a **4,28% do PIB** e representa **\$4.6 bilhões de dólares anuais**, dos quais **50%** são assumidos por **mulheres**, suas casas e comunidades, **39%** por **médias e grandes empresas** e **11%** pelo **Estado**.

A CNME tem promovido o debate sobre a garantia de financiamento público das políticas para as mulheres, em oposição às medidas neoliberais de ajuste fiscal adotadas pelo governo. Isso em um contexto em que governos recentes têm promovido a desinstitucionalização e neutralização das articulações do movimento feminista e de mulheres, bem como cortes orçamentários em estratégias de prevenção e erradicação da violência. Por meio da campanha “Um pacto justo por elas”, a CNME tem focado seu impacto político na consolidação de um pacto político e fiscal para garantir recursos para a prevenção e erradicação da violência contra as mulheres. Como parte dessa campanha, foram produzidos pequenos vídeos promocionais com mensagens sobre o custo das violências para as mulheres, suas comunidades e o Estado; as principais formas de violência vivenciadas pelas mulheres; a necessidade de garantir recursos e um orçamento específico para estratégias de prevenção e erradicação da violência.

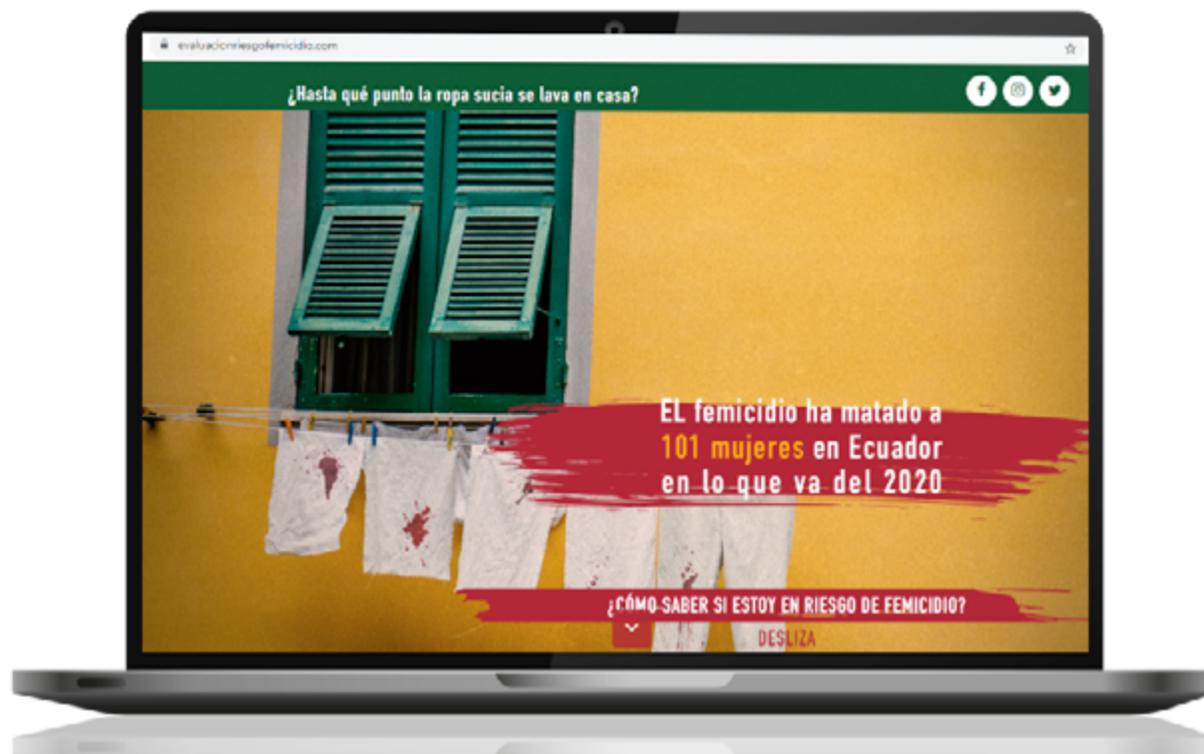


Fonte: [Postagem no Facebook sobre a campanha “Um pacto justo por elas”.](#)



Fonte: [Postagem no Facebook sobre a campanha “Um pacto justo por elas”, com vídeo explicativo.](#)

Como parte de seus esforços para enfrentar a violência, a CNME desenvolveu coletivamente, em conjunto com outras organizações feministas, a Plataforma de Avaliação de Risco de Femicídio - uma plataforma interativa que permite às usuárias descobrir o risco potencial em que vivem diante da violência feminicida e acessar recursos sobre o que fazer e para onde se dirigir em situações de risco.



Fonte: [Site da Plataforma de Avaliação de Risco de Femicídio.](#)

Além de denunciar os custos e a gravidade das violências, a Coalizão manteve-se fiel às suas agendas prioritárias relacionadas à descriminalização do aborto e à garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, entre outros, entendendo-as como urgentes e necessárias mesmo no contexto da pandemia. Após a decisão do Tribunal Constitucional do Equador a favor da descriminalização do aborto por estupro - em 28 de abril de 2021 - a CNME afirmou que é um avanço necessário, embora incompleto, já que a luta continua para garantir a descriminalização do aborto em todas as causas.



Fonte: [Postagem no Facebook na página da Coalizão Mulheres EC em abril de 2021, sobre a decisão do Tribunal Constitucional do Equador sobre a descriminalização do aborto.](#)



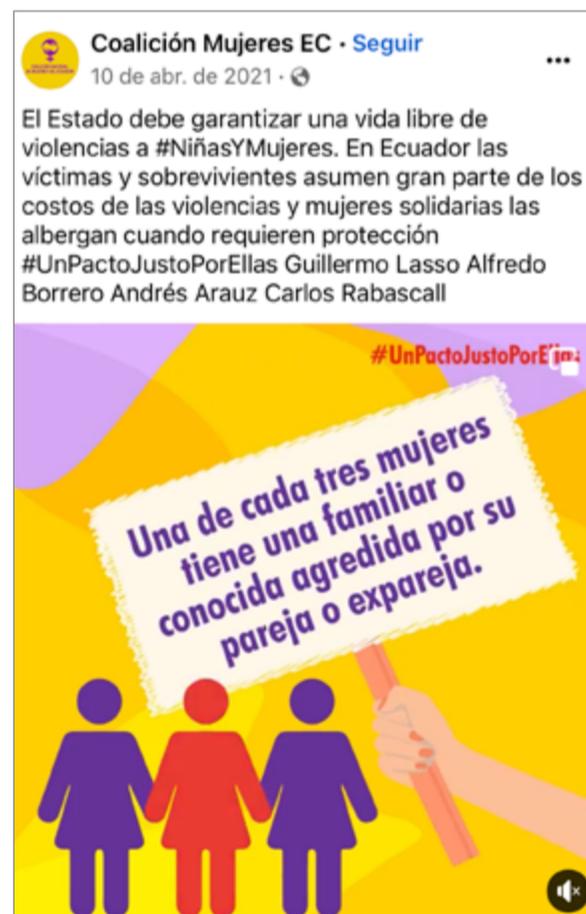
Os **números oficiais** das **14 instituições** que integram o Sistema de Proteção indicam que apenas **3.128 mulheres em situação de violência psicológica, física e sexual** foram atendidas durante a pandemia num total de **45.028 chamadas** para o sistema de emergência (ECU 911); ou seja, **41.900 chamadas não receberam apoio**. Diante dessa situação, as mulheres e suas redes assumiram a proteção das meninas e mulheres vítimas e sobreviventes de violência. **Por exemplo, em 2020, 7 em cada 10 mulheres forneceram apoio direto às vítimas e sobreviventes.**

Foco nas gerações presentes e futuras

O Relatório ao Comitê da CEDAW - também denominado Relatório Sombra - é um dos documentos fundamentais produzidos pela CNME todos os anos a partir de 2014, que inclui pesquisa e dados importantes sobre a situação atual dos direitos de meninas, adolescentes e mulheres no Equador.

[De acordo com o Relatório 2020](#), que levou em consideração o contexto da pandemia, agravaram-se as desigualdades pré-existentes, o que implica um agravamento da pobreza, um aumento da violência e das desigualdades, um aumento da falta de meios de subsistência, insuficiente acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva e a sobrecarga de trabalho de cuidado humano e doméstico. Nos primeiros meses da pandemia, foi relatada uma baixa demanda por anticoncepcionais devido ao medo do contágio; um aumento do risco de violência sexual e um aumento de gestações indesejadas, DSTs e abortos inseguros.

A CNME destacou que, durante a pandemia, foram as mulheres que administraram a crise em seus lares e comunidades, e foram as mulheres e suas redes de cuidado e solidariedade que assumiram a proteção contra a violência.



Fonte: [Postagem no Facebook com a campanha de combate à violência de gênero, no âmbito da campanha #UPactoJustoPorEllas.](#)



MOVIMENTO PELOS NOSSOS DESAPARECIDOS E A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA DA PAUTA NO MÉXICO

O desaparecimento de pessoas no México é um fenômeno que começou no final da década de 1960 e, desde então, as famílias dos desaparecidos se encarregaram de promover e, em muitos casos, conduzir a busca de mais de 90 mil desaparecidos (até 29 de julho de 2021). Com o tempo, eles se propuseram a formar redes de grupos para construir estratégias conjuntas, e um deles é o Movimento por

Nossos Desaparecidos no México, uma das 3 redes consolidadas de grupos de busca por cidadãos desaparecidos. Esta organização começou a ser constituída em 9 de setembro de 2015 e até julho de 2021 integrava 74 grupos.



<http://movndmx.org/>



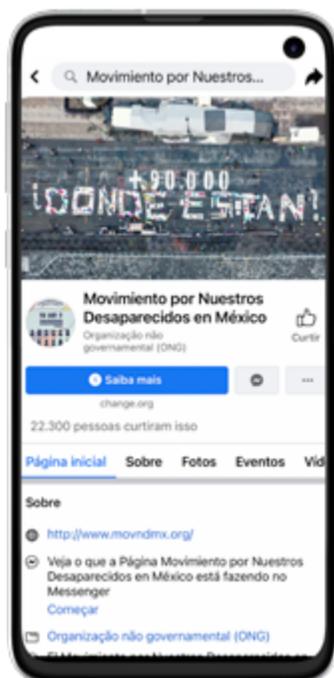
[@movNDmx](https://www.facebook.com/movNDmx)



[movNDmx](https://twitter.com/movNDmx)

De acordo com sua página no Facebook, o Movimento pelos Nossos Desaparecidos tem como objetivo “desenvolver a capacidade de conciliar esforços e compromissos que afetam a luta contra o desaparecimento em questões legislativas, políticas, sociais e individuais”, ou seja, os coletivos que congrega constroem, a partir das coincidências estratégicas de busca cidadã, as rotas de incidência.

Uma das primeiras conquistas nesse sentido foi a publicação da [Lei Geral em matéria de Desaparecimento Forçado e por Particulares e o Sistema Nacional de Busca](#), em 2017. Embora tenha poucos anos de existência, sua mobilização tem permitido chegar a organizações internacionais de defesa dos direitos humanos e traçar vias claras de litígio para posicionar alguns dos casos de pessoas desaparecidas nos organismos internacionais de direitos humanos.



O impacto da pandemia

Desde o início de 2020, o Movimento tem direcionado seus percursos de mobilização para garantir a plena implementação da Lei Geral de Vítimas, aprovada em 2012, e para promover a Instalação do Mecanismo Extraordinário de Identificação Forense, cujo Acordo de Criação foi publicado em 9 de dezembro de 2019.

Em resposta à declaração oficial de suspensão de atividades essenciais, a partir de 25 de março de 2020, e diante da manifestação de desacordo de algumas pessoas que se dedicam à busca cidadã, em 2 de abril de 2020, o Movimento publicou um comunicado

no qual reconheceu que o isolamento obrigatório significou dias perdidos de buscas. Mas quem se dedica à busca optou por priorizar a vida, pressupondo que, sem saúde, não se pode participar da busca pelos milhares de desaparecidos.

Suspensas as atividades essenciais, o Movimento deu início a dinâmicas online que permitiram manter ativas as linhas de incidência propostas para 2020 e facilitar as estratégias de ação pública que os grupos vêm consolidando ao longo dos anos.

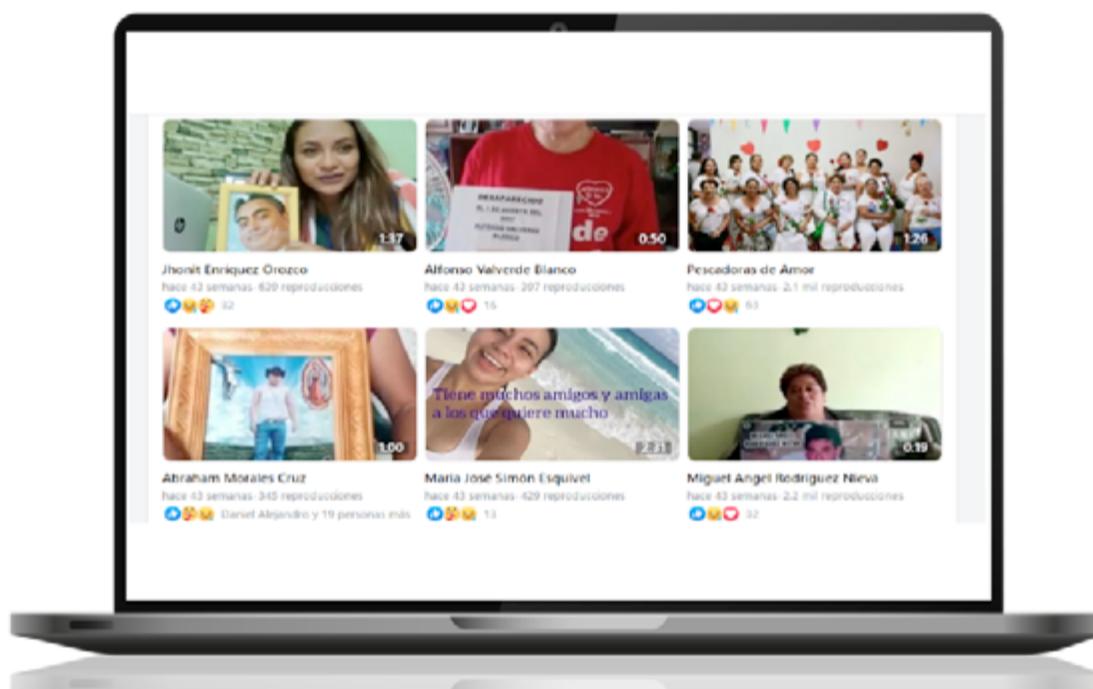
Treze palestras e dois workshops foram realizados entre 15 de abril e 7 de maio de 2020 com temas de relevância para grupos de busca de cidadãos. O Dia das Mães também foi um marco. Comemorado no dia 10 de maio, todos os anos desde 2012, grupos de mães viajam à Cidade do México para fazer uma passeata exigindo a busca de seus filhos e filhas. Em 2020, devido às condições sanitárias, o Movimento lançou a Campanha #CoraçõesEmMarcha para seguir a mobilização em formato digital, convidando os seguidores nas redes sociais a compartilharem uma fotografia com máscaras faciais com a frase “Onde estão?”. A mobilização digital foi acompanhada por um comunicado divulgado em 10 de maio indicando que “a priorização das medidas para conter a pandemia não pode ignorar a importância de continuar a busca para devolver todas as pessoas desaparecidas para casa”.



Fonte: Extraído da galeria de fotos da fan page no Facebook do Movimento pelos Nossos Desaparecidos no: Campanha #CoraçõesEmMarcha.

Em 2021, tendo em vista a diminuição do número de mortes por Covid, foi realizada a Marcha na Cidade do México e as redes do Movimento seguiram divulgando as fotos e, ao mesmo tempo, foi lançada a campanha #EsperanzaNaBusca para quem quisesse acompanhar a mobilização em formato digital, por meio do envio de fotos com a mensagem “Onde estão?”.

No dia 22 de agosto de 2020 foi lançada a Campanha “Queremos eles de volta” no âmbito do Dia Internacional das Vítimas de Desaparecimentos Forçados (30 de agosto) e, dois dias depois, a campanha “Memória Viva, Sua Lembrança”. As convocações foram um convite a manter viva a memória dos desaparecidos, compartilhando a lembrança de uma pessoa desaparecida e publicando-a nas redes pessoais. O recurso do espaço virtual permitiu que muitas famílias realizassem um exercício de memória e participassem da mobilização a partir de suas casas.



Fonte: Extraído da galeria de fotos da fan page no Facebook do Movimento pelos Nossos Desaparecidos no México: Campanha #MemoriaVivaSuaLembrança #QueremosElesDeVolta



Fonte: [Imagem da campanha](#)
[#QueremosElesDeVolta](#)

Pressionado pela organização, em 2 de setembro de 2020, o Senado aprovou a declaração pela qual o México reconheceu a competência do Comitê da ONU sobre Desaparecimentos Forçados (CED) para conhecer os casos individuais no país, 20 dias depois de haver apelado publicamente ao presidente da República. O Movimento também compartilhou por meio de suas redes a campanha lançada pela ONUDH México em colaboração com a GIZ (Cooperação Alemã), que consiste em 16 vídeos com personalidades, jornalistas, comissários de busca, membros de Promotorias Especializadas, entre outros, para divulgar os princípios regentes da busca.

Ataque legal e jurídico

Como dito, o MNDM tem trabalhado desde sua criação para influenciar leis e políticas públicas relacionadas à sua luta. Nesse sentido, conseguiram aprovar mudanças fundamentais no ordenamento jurídico do país, mas também sofreram retrocessos.

Em 6 de outubro de 2020, foi apresentada ao Senado uma proposta de nova lei orgânica da Procuradoria-Geral da República. A proposta retirou a responsabilidade da Procuradoria-Geral na tarefa de busca de pessoas desaparecidas e propôs a revogação do art. 24 da Lei Geral do Desaparecimento Forçado, que estabelece os pressupostos jurídicos que atribuíam à Procuradoria-Geral a competência para investigar o desaparecimento de pessoas.

Também propôs a modificação do art. 68 da citada Lei, para cancelar a coordenação entre fiscais e promotores estaduais que permitia promover permanentemente a busca de pessoas desaparecidas. Neste contexto, desde 9 de dezembro de 2020, as redes do Movimento compartilharam conteúdos de crítica, infográficos e múltiplos comunicados solicitando a não aprovação da Lei. Embora esta proposta de lei afete os direitos das pessoas desaparecidas e de pessoas que atuam na busca ao restringir os percursos institucionais que as famílias vêm promovendo desde 2012 para garantir os processos de localização, identificação, restituição digna e justiça, em 19 de abril de 2021 a Lei foi aprovada pela Comissão de Justiça.

O processo de debate da proposta de Lei nas câmaras reativou as atividades presenciais do Movimento e, a partir de abril de 2021, eles voltaram a convocar protestos na via pública.



Fonte: [Postagem no Facebook sobre mobilização presencial organizada pelo Movimento por Nossos Desaparecidos.](#)

Um dos grandes esforços jurídicos e institucionais do Movimento foi a promoção do Mecanismo Extraordinário de Identificação Forense. Entre dezembro de 2019 e julho de 2020, as redes do Movimento compartilharam constantemente informações sobre a crise forense, representada pelo número de corpos enterrados em valas comuns sem identificação e pelos milhares de corpos que foram exumados de valas clandestinas, mas ainda não foram devolvidos às suas famílias. Esta rota de trabalho posicionou o Movimento contra o guia para a gestão de cadáveres da Covid-19, emitido pela Secretaria de Saúde. De acordo com o guia, as pessoas que morreram por causa da pandemia seriam cremadas; diante dessa indicação, os grupos que compõem o Movimento ressaltaram a importância de desenhar e manter mecanismos de identificação de cadáveres, semelhantes aos propostos nas Diretrizes para o Manejo de Cadáveres em casos confirmados ou suspeitos de Covid-19, propostas pelo CICV (Comitê Internacional da Cruz Vermelha), visto que pessoas desaparecidas podem ser encontradas entre os falecidos.

Embora as pessoas que lideram a busca cidadã por pessoas desaparecidas não tenham recebido atenção dos programas implementados para a atenção sanitária, o Instituto Mexicano de Direitos Humanos e Democracia, uma das associações civis aliadas ao Movimento, fez um diagnóstico dos efeitos da Covid em parentes de pessoas desaparecidas. Esse diagnóstico mostra que uma minoria dos integrantes dos grupos tem acesso aos serviços públicos de saúde, situação que se agravou com o desaparecimento do Seguro Popular.



@amilena

A CENTRAL ÚNICA DE FAVELAS E O PROBLEMA DA FOME NO BRASIL

A Central Única das Favelas (CUFA) é uma organização sem fins lucrativos formada por coletivos e movimentos sociais de favelas de todo o Brasil, tendo representações regionais em 26 estados, reconhecida nacional e internacionalmente. Criada em 1999, a CUFA atua com enfoque na produção artística e cultural das favelas, no fortalecimento identitário dos territórios e no fortalecimento do empreendedorismo social. Esse enfoque, entretanto, sofreu uma inflexão durante a pandemia, com a adoção de ações contra a fome.

A temática do futebol é muito presente nas redes sociais da CUFA como uma atividade integradora com muitas outras, seja para a promoção do campeonato entre favelas (“Taça das Favelas que consiste em uma competição de futebol que envolve 90 seleções”), ou na forma de um reconhecimento público de algum morador que foi contratado por um grande clube, ou como atividade chamariz na arrecadação de alimentos e de dinheiro para o combate à fome, por meio da hashtag #esportecontraovirus. No período da pandemia, foram várias as ocasiões nas quais jogadores e ex-jogadores de futebol se pronunciaram a favor e/ou em apoio às ações da CUFA, como no movimento #favelacontracovid.



<https://cufa.org.br/>



[@cufabrasil](https://www.instagram.com/cufabrasil)



[@cufabr](https://www.facebook.com/cufabr)



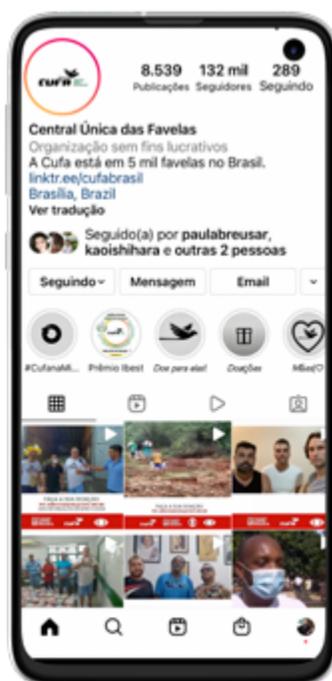
[CUFA_Brasil](https://twitter.com/CUFA_Brasil)



[linkedin.com/company/cufa-br](https://www.linkedin.com/company/cufa-br)

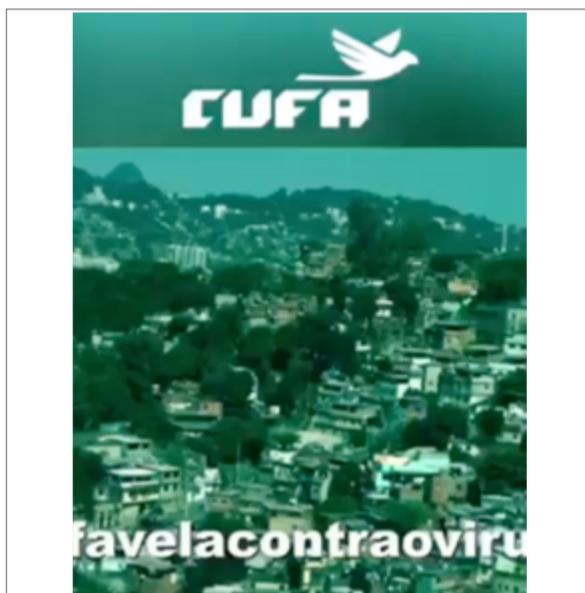
Favela Contra o Vírus

Em 18 de março de 2020, em sua página do Instagram, a CUFA publicou uma [nota pública](#) sobre medidas de enfrentamento da Covid-19 nas favelas, que congrega tanto orientações para a população como reivindicações de ações e serviços ao poder público. A primeira ação organizada pela CUFA, intitulada #FavelaContraoVirus, envolveu mobilização de artistas, shows online, informações e esclarecimentos sobre a transmissão do vírus e arrecadação de alimentos. As regionais da CUFA organizaram ações específicas, como em Paraisópolis, com a instalação de um [serviço online de tira-dúvidas com a participação de profissionais de saúde](#).



Com as medidas de isolamento e distanciamento social, as primeiras ações organizadas pela CUFA em suas regionais visaram a arrecadação de alimentos e também realizaram vendas de camisetas e produção de máscaras com a mobilização de costureiras

voluntárias. Além disso, também organizou uma vaquinha online para angariar recursos utilizados em programas de prevenção e mitigação da epidemia nas localidades em que atua.



Fonte: [Publicação no Instagram com vídeo da campanha “Favela contra o Vírus” com a participação de diversos artistas nacionais.](#)

Em paralelo às ações de arrecadação, a CUFA publicou em suas redes uma série de vídeos e de imagens instruindo o uso correto de máscaras, como fazer distanciamento social, com a disponibilização de uma central de atendimento 24 horas para a solução de dúvidas.



Fonte: [Publicação no Instagram da campanha “Favela contra o Vírus” com informação sobre o uso correto das máscaras de proteção facial.](#)

Data Favela

A CUFA organizou junto com o Instituto Locomotiva uma ampla pesquisa nacional intitulada “Data Favela”, que buscou avaliar as condições de vida dos moradores de favelas de todo o país diante da pandemia de Covid-19. Os resultados colaboraram para redefinir as ações da organização e a Central organizou debates e fóruns de discussão com diferentes lideranças e organizações nacionais e internacionais.

Fonte: [Publicação no Instagram do resultado da pesquisa Data Favela que demonstra as principais necessidades das populações da favela durante a pandemia.](#)



11 curtidas

cufabrasil Esses são os resultados da pesquisa feito pelo DATA FAVELA com o Instituto Locomotiva para avaliar a situação dos moradores de favelas de todo o país diante do novo Coronavírus. A ameaça é grande, mas se estivermos preparados poderemos vencer juntos!

AJUDE A CUFA A AMPLIAR SUAS AÇÕES! Essa é a campanha da Cufa contra o Corona Vírus. Juntos poderemos tornar a Favela ainda mais forte!

Faça já sua doação através do site: <http://cufa.org.br/noticia.php?n=MjY0>

Link da nossa Vakinha Online : <http://vaka.me/953041>

Fonte: [Publicação no Instagram a respeito do Fórum Data Favela com convidados nacionais e internacionais para debaterem os resultados da pesquisa.](#)



60 curtidas

cufabrasil Já começou! O Fórum dessa semana é com esse time de peso. @raulsantiago @dudunobresamba @negagizzaoficial @renatomeirelles entre outros parceiros em um debate importantíssimo com nosso fundador @celsoathayde.

Acompanhe o fórum semanal a partir das 10h, amanhã 24/06 através do link : www.youtube.com/unescoportuguese/

Ver todos os 2 comentários

23 de junho de 2020 · Ver tradução

Mães da Favela

A campanha “Mães da Favela” foi lançada em 15 de abril de 2020, cerca de um mês após a declaração de pandemia de Covid-19 pela OMS, com o objetivo de distribuir 1300 pagamentos de R\$ 120,00 para mulheres mães em condições de vulnerabilidade social - uma iniciativa que reinventa, em alguma medida, programas de distribuição de renda de governos anteriores.

Os critérios para a adesão ao programa são:

- 1 Mães solteiras cujas crianças estejam em idade escolar e frequentem a escola
- 2 Mães solteiras que tenham pessoas idosas residindo em sua casa

A princípio, o projeto estava previsto até junho de 2020, mas se manteve ao longo de 2021, até o período de observação deste estudo. A distribuição deste benefício ocorreu por meio de diferentes canais e parcerias. Nota-se que, preferencialmente, para as regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste, foi priorizada a entrega de cestas básicas, frutas e verduras - denominadas pela CUFA “cestas verdes” - e proteínas de origem animal - frango, carne e ovos. Para as regiões Norte e Nordeste, a distribuição foi realizada via cartão magnético - Alelo, ticket alimentação e transferência bancária via aplicativo - Pic Pay.



Fonte: [Publicação no Instagram com a divulgação do cartão virtual via aplicativo digital para a distribuição financeira para as mães contempladas pela campanha Mães da Favela.](#)

No primeiro momento, o foco da campanha Mães da Favela foi a arrecadação de alimentos; mas com a persistência da pandemia e suas consequências, a falta de acesso se estendeu a outros itens. Houve, então, um redirecionamento das campanhas para a arrecadação monetária para a distribuição de cestas básicas montadas pela própria CUFA. Além de alimentos perecíveis e não perecíveis, marmitas - para população de rua - a Central passou a buscar parcerias para providenciar gás de cozinha, produtos de higiene pessoal e limpeza (água sanitária), dinheiro em espécie e acesso a Internet por meio da iniciativa Alô Social, que forneceu chip para celular com créditos para as mães, o que foi chamado de “A mãe tá On!”. Além disso, a CUFA também realizou parcerias com o TikTok para a arrecadação financeira e também com bancos privados para a realização da transação bancária das doações.

Em mais de duas décadas de atuação, essa é a primeira vez que a CUFA organiza campanhas para doações de dinheiro e de alimentos, o que demonstra o caráter de urgência das ações empreendidas.

Fonte: [Publicação no Instagram com a divulgação da distribuição de alimentos para as mães contempladas pela campanha Mães da Favela.](#)



A @cufaceara esteve nas favelas Bom Jardim (Favela do Canal, 7 de Setembro e Marrocos), Jardim Jatobá e Vila Manoel Sátiro fazendo mais uma ação de entregas de doações de cestas básicas, produtos de limpeza e higiene

#maesdafavela #cufacontraovirus
AJUDE A CUFA NO PROJETO MÃES DA FAVELA!
 Essa é a campanha da Cufa que trará uma renda mínima de auxílio a milhares de mães residentes de favelas em todo o Brasil! Juntos poderemos tornar a Favela ainda mais forte!

Faça já sua doação através do site: <http://cufa.org.br/noticia.php?n=MjY0>

Link da nossa Vakinha Online : <http://vaka.me/974540>

Combate à Fome

A pandemia interrompeu atividades cotidianas da CUFA ou, ao menos, suspendeu temporariamente a priorização sobre as pautas que em 20 anos de existência da organização movimentaram sua razão de existir. Com a pandemia, parece ter instalado o “combate à fome” como meta a ser combatida, aliado a preocupação de empoderar microempresários, mulheres e jovens por meio de suas atividades de qualificação e recreação.

Fonte: [Publicação no Instagram com os dados bancários para a doação à campanha Mães da Favela.](#)



140 curtidas

cufabrasil Nós da @cufabrasil agradecemos cada parceiro que se mobiliza e soma forças para que possamos atender famílias de todo o Brasil que, nesse momento, estão passando necessidade.

Mas não paramos por aqui, @maesdafavela e @panelacheiasalva continuam e todos podem doar!

Faça parte dessa luta você também... Doe pra elas!

Sigam nossas redes: @cufabrasil @maesdafavela @comunidade.door

#cufacontraovirus #CUFA
 #maesdafavela #NovaFase

A insegurança alimentar que acomete moradores de favela se impõe pela falta de gêneros alimentícios variados - sobretudo de proteína animal, além de gás de cozinha para preparar as refeições e produtos de higiene pessoal. Essa demanda desdobrou-se em viabilização para acesso à internet e do programa próprio de distribuição de renda já mencionado

Fonte: [Publicação no Instagram sobre a campanha de arrecadação de dinheiro para a distribuição às mulheres por meio de cartões virtuais e aquisição de alimentos.](#)



Observamos que a lógica adotada nas campanhas continuou fiel às pautas tradicionalmente defendidas pelo movimento, que são: jovens, mulheres, periferias de regiões pouco assistidas, inclusão digital, cultura, arte e esportes. A articulação com o esporte, por exemplo, demonstra que apesar da mudança do enfoque adotado pela CUFA no período estudado, mantiveram-se seu modo de funcionamento construído ao longo dos anos.

LIÇÕES APRENDIDAS E RECOMENDAÇÕES



LIÇÕES APRENDIDAS

INVISIBILIDADE E NEGLIGÊNCIA ESTATAL

A auto-organização dos espaços virtuais e territórios de atuação.

Alianças entre atores dos movimentos, academia e outras organizações.

Monitoramento próprio em vistas à invisibilidade das populações vulnerabilizadas.

Produção de conhecimento e informação adaptados aos seus contextos, por meio de campanhas, sistemas de monitoramento, análises, materiais educativos, entre outras produções.

ISOLAMENTO E DISTANCIAMENTO SOCIAL

Adaptação da mobilização para o ambiente virtual.

Presença nas redes sociais e outros canais da internet com lançamento de campanhas, vídeos, depoimentos e hashtags específicas.

Presença virtual de lideranças dos movimentos.

REFORÇO DE PAUTAS HISTÓRICAS

Ressignificação das palavras emergência, pandemia e doença para refletir a situação histórica das populações.

No contexto da pandemia, os movimentos abriram espaços para pautar questões importantes como a violência estatal, a necessidade de reconhecimento cultural, territorial e de direitos humanos.

RECOMENDAÇÕES

Os movimentos organizados de populações historicamente vulnerabilizadas demonstraram força e capacidade de atuação apesar da conjuntura.

São produtores de conhecimento, saberes, estratégias e práticas consistentes, originais e inovadoras para a superação das desigualdades vivenciadas pelas populações em condições de vulnerabilidade e têm profundo conhecimento das suas múltiplas realidades, contextos e necessidades.

É preciso descolonizar a produção de conhecimento e ampliar as perspectivas epistemológicas.

Têm capacidade de potencializar seu trabalho por meio de alianças estratégicas com academia e outras organizações.

Têm potencial de capilaridade importantes, agregando amplo espectro de comunidades e coletivos em suas bases.

A auto-organização e autogestão são modos potentes de lidar com a negligência estatal. Demonstram, inclusive, que os governos precisam aprimorar os modos de atuação com as múltiplas realidades vivenciadas pelas populações em seus territórios.

Populações vulnerabilizadas devem receber atenção integral à saúde e ter seus direitos históricos respeitados para que possam exercê-los plenamente.



LIÇÕES APRENDIDAS

A pandemia impôs restrições inesperadas à pesquisa social. Sustentada historicamente pela estreita interação com os sujeitos sociais, a partir de fevereiro de 2020 foi necessário incorporar a análise do ambiente virtual para manter ativa a produção de conhecimento. Como resultado disso, tornou-se evidente que o estudo dos ambientes virtuais não é apenas um sub-ramo da pesquisa social, mas que o virtual constitui uma dimensão de análise importante para compreender de forma abrangente as práticas dos sujeitos sociais.

De maneira geral, no contexto de ausência e descaso do Estado, observamos que se destacam as práticas de auto-organização, de autogestão e alianças estratégicas entre movimentos sociais, academia e outras organizações. As redes sociais e as mídias digitais têm permitido a disseminação de conhecimentos e conteúdos próprios para informar e aumentar a consciência sobre a pandemia, bem como fornecer plataformas para suas próprias pesquisas (como no caso de monitoramento e produção de dados específicos).

Nas iniciativas da CONAIE e CONFENIAE no Equador, bem como no trabalho específico dos *Lancers Digitales*, observa-se a importância de equipes de comunicação comunitária que possibilitam a geração de campanhas e conteúdos para mobilização em meios digitais. Isso ao mesmo tempo em que posicionam formas de comunicação a partir das agendas das organizações e das realidades dos povos e nacionalidades indígenas. Embora as iniciativas mobilizadas tenham abordado temas específicos no contexto da pandemia, também abordaram problemas estruturais que vão além da situação pandêmica. Ou seja, a pandemia pode ser uma catapulta para tornar visíveis outros temas, como o extrativismo, a defesa do território e a possibilidade de reforço das línguas indígenas, a medicina e os saberes ancestrais conforme se verifica nos movimentos indígenas do Brasil.

Com a APIB observamos em ambiente digital a intensa capacidade de articulação política para além das redes de relações das populações e coletivos indígenas e com forte articulação no poder legislativo e incidência no poder judiciário por meio das ações de advocacia indígena. As estratégias de enfrentamento da pandemia abrangeram iniciativas locais nos territórios e de âmbito nacional com as campanhas “Emergência Indígena” e “Vacina Parente” com inúmeras ações de prevenção, educação em saúde, monitoramento de casos e óbitos e controle social sobre os serviços de saúde. Além disso, a organização de *lives* e eventos virtuais, campanhas de arrecadação, mobilização virtual com vídeos, depoimentos e hashtags, forte expressão audiovisual com designs especializados e organização de manifestações presenciais e virtuais, entre outros aspectos, demonstram o potencial do ativismo

digital do movimento e de arcabouço político para o enfrentamento da pandemia, da política anti-indigenista do governo federal e por todas as ameaças que os povos indígenas vivenciam no Brasil.

A partir das práticas digitais da CNI e *Salud Cherán*, observa-se que a implantação de práticas presenciais de cuidado coletivo potencializou as possibilidades de preservação da saúde em contextos precários e com pouca atenção governamental. Essa lógica permitiu que, até 13 de maio de 2021, antes do início da terceira onda de contágios no México, em San Francisco Cherán houvesse apenas o registro de 140 casos de contágio. Da mesma forma, observa-se através da conta do Facebook do *Salud Cherán*, que os povos indígenas maximizaram os meios e os recursos de comunicação disponíveis em nível local para disponibilizar a informação sobre o vírus e medidas sanitárias a todas as pessoas da comunidade.

Os movimentos sociais de populações urbanas observados neste estudo construíram estratégias bastante distintas para o enfrentamento da pandemia e seus impactos, bastante focados nas demandas e necessidades das populações representadas. De uma maneira geral, observou-se uma forte presença de mulheres no protagonismo das pautas e um forte apelo para o papel de mães e cuidadoras, exercidos majoritariamente por mulheres na sociedade.

No Equador, por exemplo, foi possível olhar para os múltiplos problemas que a pandemia abrange, como a violência em tempos de quarentena ou as necessidades e riscos específicos para mulheres, meninas e adolescentes. Destaca-se a insistência de organizações do movimento feminista e de mulheres, como o CNME, em manter agendas prioritárias que não se limitam ao contexto da pandemia, entendendo-as como urgentes e necessárias, como a descriminalização do aborto e a garantia de financiamento para a prevenção da violência.

As práticas digitais do Movimento pelos Nossos Desaparecidos no México mostram uma comunicação constante e fluida entre os membros do movimento, o que permitiu uma pronta identificação de suas necessidades e a transferência de sua atividade de incidência na esfera pública de uma dinâmica presencial para a virtual. Essa adaptação permitiu dar continuidade aos eixos de incidência apesar das medidas de distanciamento físico. Da mesma forma, a experiência no campo forense deste movimento contribuiu para que a sociedade civil acompanhasse as medidas implementadas para o manejo dos cadáveres de pessoas mortas por Covid-19 no México.

No Brasil, os meios de viabilização das campanhas para alimentos e renda beneficiaram-se das redes, meios e recursos conquistados pelo capital político e cultural da CUFA ao longo de sua existência, tais como o terceiro setor, artistas de alcance nacional e internacional, mídias tradicionais e alternativas, institutos sociais de

bancos privados, clubes de futebol, entre outros setores. O fato de a CUFA alterar seu programa de atuação para desenvolver ações em um tema que não estava em seu escopo, como o combate à fome, sugere que se trata de uma problemática urgente nas realidades periféricas, aprofundada pela pandemia de Covid-19. Nota-se, inclusive, que “fome” foi a categoria nativa eleita pelo movimento social, a despeito de outros termos técnicos como insegurança alimentar ou desnutrição, o que revela outros desdobramentos políticos, sociais, comunicacionais e para o campo da saúde.

RECOMENDAÇÕES PARA OS GOVERNOS E A ACADEMIA

Quando refletimos sobre o papel do Estado e das políticas públicas para a garantia de direitos de cidadania, especialmente em saúde pública, é necessário que se considere a importância da participação social da sociedade civil nos processos decisórios - algo extensivamente discutido na literatura acadêmica sobre o tema. Contudo, nas práticas institucionais, muitas vezes a perspectiva dos técnicos, gestores e funcionários da burocracia acabam sendo privilegiados em detrimento das iniciativas protagonizadas pelos movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

Ainda que os países da América Latina possuam um amplo repertório de movimentos historicamente constituídos, principalmente naqueles que experienciaram ditaduras e governos autoritários ao longo do século XX, observamos que isso se reflete pouco na produção acadêmica no campo da saúde. Quando se trata de movimentos sociais de grupos e populações vulnerabilizadas, a invisibilidade sobre seu potencial político e organizativo se torna ainda mais premente, o que se agrava em contextos de recrudescimento dos espaços participativos legitimados como os vivenciados atualmente. Assim, ao optar por estudar as iniciativas de movimentos sociais dessas populações, esse estudo partiu da compreensão sobre a importância da sociedade civil organizada em pressionar e pautar agendas governamentais, especialmente em períodos de emergências socio sanitárias.

Ao longo da pandemia de Covid-19, sabemos que o impacto do vírus foi maléfico de maneira proporcional às desigualdades sociais existentes antes da pandemia;

ao trazer piores consequências para os profissionais e trabalhadores da saúde, às populações indígenas, indivíduos negros e pobres que habitam as favelas e periferias das grandes cidades; mulheres; pessoas em condições de vulnerabilidade social e econômica de uma maneira geral, entre outros grupos populacionais. Contudo, **faz-se necessário desconstruir o paradigma de que se trata de populações incapazes, quando, na realidade, são potentes e contestadores das injustiças sociais em que vivem e que são constantemente invisibilizadas, tanto pelos agentes do Estado quanto por aqueles que estudam seu funcionamento.**

Nesse período de convivência com a Covid-19 e diante das medidas não-farmacológicas de distanciamento e isolamento social, o papel da Internet, das redes e mídias sociais foi redimensionado e se tornou uma ferramenta importante (e também controversa) para a manutenção das atividades laborais das mais variadas áreas, especialmente no campo da pesquisa e do ensino. A pesquisa social no ambiente virtual que já vinha em ascendência, tais como o *digital methods*, a *netnografia*, entre outros métodos, tornou-se em muitos casos a alternativa prioritária para a realização de pesquisa e produção de conhecimento durante a pandemia.

Importante considerar também que **se faz necessário avançar na compreensão do potencial organizativo mobilizado e potencializado pelas redes e mídias sociais e o ciberativismo.** Muitos movimentos sociais nas duas últimas décadas têm se apropriado dessa tecnologia para a amplificação das suas vozes e pautas, não somente para potencializar as estratégias empenhadas presencialmente em seus territórios de atuação, como também para empreender novas estratégias exclusivamente virtuais, tais como campanhas e boletins informativos.

Ao mesmo tempo que muitas populações ainda não possuem o devido acesso à internet, são cada vez mais frequentes os processos de apropriação do digital para fortalecer as redes construídas no presencial. Ademais, a compreensão contemporânea é de que as fronteiras entre o real e o virtual estão cada vez mais fluidas e é necessário que os estudos considerem os impactos reais das iniciativas forjadas em ambientes virtuais.

A produção de conhecimentos no contexto das emergências sanitárias a respeito de diagnósticos sócio sanitários e a busca por soluções para os problemas enfrentados pela sociedade não se restringe às instituições científicas e aos órgãos do Estado, pelo contrário. Como foi possível verificar neste estudo, **movimentos sociais são produtores de conhecimento, saberes, estratégias e práticas consistentes, originais e inovadoras para a superação das desigualdades vivenciadas pelas populações em condições de vulnerabilidade.**

Faz-necessário ampliar as perspectivas epistemológicas para a compreensão do potencial de produção e ação dessas populações do sul global. Além disso, em contextos de governos conservadores, autoritários e neoliberais, de redução de direitos e dos espaços legitimados de participação social no Estado. Faz-necessário descolonizar o conhecimento científico.

Os movimentos indígenas e de comunidades de favelas organizados em ambiente virtual observados no Brasil expressam a capacidade de capilaridade dessas organizações em agregar um amplo espectro de comunidades e coletivos em suas bases, ao mesmo tempo em que articulam ações que extrapolam as preocupações locais e contingenciais. Suas ações possuem potencial de impactar tanto as populações mais remotas, como também podem levar a benefícios mais amplos, como o programa de transferência de renda, distribuição de alimentos e de conectividade destinados às mães e famílias nas favelas de todo o país quanto às atuações da advocacia indígena para a garantia dos direitos dos povos originários no Supremo Tribunal Federal e em organismos internacionais, tais como o Tribunal Penal Internacional de Haia. Ainda que a Constituição Federal do país preveja legalmente uma ampla gama de direitos sociais e exista um Sistema Único de Saúde que garanta o acesso à saúde de forma gratuita e universal, a concretização desses direitos no enfrentamento da pandemia tem sido uma pauta de luta e desafios enfrentados pelas populações vulnerabilizadas diante da negligência do governo federal e das elites políticas e econômicas do país.

A partir das práticas digitais dos povos indígenas mexicanos, observam-se iniciativas locais para dar resposta à emergência sanitária referente à aquisição de materiais básicos para o cuidado à saúde (gel antibacteriano, máscaras faciais, garantia do abastecimento de água potável e tanques de oxigênio, por exemplo). Da mesma forma, as pessoas organizadas para realizar uma busca cidadã por pessoas desaparecidas no México priorizaram seus cuidados de saúde durante os primeiros meses da pandemia. Tanto os povos indígenas como as pessoas organizadas para realizar a busca cidadã optaram por retomar as atividades presenciais em vista da implantação de medidas governamentais que violam o exercício de seus direitos e dos desaparecidos.

Pode-se observar que a política de saúde e programas relacionados, implantados no México durante os primeiros meses da pandemia, não deram atenção prioritária e focada à população indígena ou a pessoas dedicadas a realizar a busca cidadã. A única prioridade eram os casos suspeitos de Covid-19; secundarizando outros grupos vulneráveis (doentes crônicos, indígenas, deficientes físicos, idosos, entre outros). Isso é observado na elaboração dos guias e protocolos de atenção publicados pelas

autoridades sanitárias. Portanto, recomenda-se fortalecer a abordagem diferenciada por parte da Secretaria de Saúde do México para que as populações em situação de vulnerabilidade recebam atenção prioritária e integral à sua saúde e desfrutem de ótimas condições para o exercício de seu direito à saúde.

No Equador, as práticas digitais dos movimentos observados apontam para a necessidade de partir de uma concepção ampliada de saúde, que considere o contexto da pandemia e da crise sanitária em interação com outros problemas, como violência, barreiras de acesso aos serviços, os impactos das medidas de ajuste fiscal, as consequências do extrativismo, entre outros. Nos casos estudados, percebe-se a complexa relação dos movimentos sociais com o Estado, principalmente nas ações de denúncia da ausência estatal ou que buscam interpelar diretamente as autoridades.

No entanto, também se destacam as alianças estratégicas em nível local, regional e nacional com governos locais, organizações da sociedade civil e outras instituições específicas. Diante de um Estado que priorizou medidas de ajuste fiscal e de controle - como toques de recolher e restrições à mobilidade - é importante atentar para como as articulações estratégicas permitiram manter as agendas e lutas dos movimentos. Recomenda-se fortalecer, a partir dos governos locais e entidades integrantes do sistema de saúde, o trabalho em nível local e comunitário para que uma atenção integral à saúde - coerente com o princípio da interculturalidade e abordagem de gênero - possa ser realizada. Isso inclui gerar mecanismos que escutem e incorporem as demandas dos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que implantam políticas que permitam a participação direta de diferentes populações.

LIMITAÇÕES DESTA PESQUISA

Observamos, em cada país, a formação de redes e alianças estratégicas distintas adotadas pelos movimentos sociais conforme as problemáticas e especificidades de cada contexto local, regional e nacional. Evidente que com o estudo conduzido exclusivamente em ambiente virtual o enfoque se dá na performance do que a organização elege, narra e pretende comunicar em suas redes sociais oficiais, não sendo possível chegar a compreensões aprofundadas sobre escolhas, motivações, tensões e estratégias adotadas. Além disso, o projeto não envolveu diretamente os movimentos sociais no levantamento dos dados, por limitações de tempo, recursos e de procedimentos éticos, mas espera-se envolvê-los numa etapa futura. Apesar dessa limitação, os resultados da etnografia virtual sugerem conclusões ampliadas sobre concepções de mobilização social e prioridades de ação elencadas pelos coletivos no período da pandemia. Uma possível linha de pesquisa futura poderia ter como objetivo contrastar o desempenho das organizações no nível digital com os impactos ou alcances mais diretos com as populações com quem trabalham, por exemplo, para olhar quem e de que forma as campanhas chegaram, ou quais percepções existem sobre as ações realizadas pelas organizações no enfrentamento da pandemia.

DIÁLOGO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS APÓS A REALIZAÇÃO DA ETNOGRAFIA VIRTUAL

Nos meses de maio a junho de 2022, foram realizados contatos e diálogos com os movimentos sociais estudados neste projeto. Com quatro deles, do Equador e do México, foram realizados encontros virtuais para compartilhar os resultados desta pesquisa e este *Policy Brief*, que deram origem ao presente adendo.

Equador

Coalizão Nacional de Mulheres do Equador - CNME

Na reunião com a CNME, realizada virtualmente em 19 de maio de 2022, foi mencionado que o fio condutor comum das ações da Coalizão é a incidência política sobre legislações e políticas públicas, com a formação de alianças nacionais e internacionais. Durante a pandemia, eles experimentaram processos de readequação de suas ações e geraram novas estratégias de resistência. É por isso que eles consideram importante tornar seu trabalho visível no nível digital e sua agenda de mídia. Por exemplo, as reuniões virtuais nacionais das organizações que compõem a Coalizão tiveram dificuldades, pois têm mais experiência com

mecanismos de reuniões presenciais. Entretanto, houve aspectos positivos de adaptação às estratégias digitais, tais como a facilidade de se chegar a um acordo sobre horários e grupos de trabalho.

Os informes Sombra produzidos durante a pandemia também envolveram processos de adaptação e pesquisa com os desafios impostos pela emergência, mas conseguiram formar alianças estratégicas com mais de quarenta organizações, incluindo a Rede de Mulheres Pesquisadoras em Ciências Sociais (Red de Investigadoras en Ciencias Sociales). A Coalizão está constantemente monitorando o cumprimento do papel do Estado em tudo o que tem a ver com os direitos das meninas, adolescentes e mulheres. No contexto atual, reforçaram existe uma cadeia de problemas estruturais que dificultam o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos. Por exemplo, estratégias para evitar a gravidez forçada de crianças foram desmanteladas pelos governos nas últimas duas décadas.

O CNME considera importante observar que existe uma complexidade nas ações dos movimentos sociais e também propor uma abordagem do que não é visível nas redes sociais e meios digitais. No caso da Coalizão, é importante destacar seus vínculos diretos com organizações de base e mulheres diversas, como a Rede de Mulheres Amazônicas, o que lhe permitiu trabalhar com base nas vulnerabilidades específicas dessa população na pandemia, levando em conta os efeitos do medo e do isolamento em suas vidas.

Em termos do contexto político atual, a Coalizão expressou suas preocupações sobre a tomada do estado pela direita, o que se traduz em uma agenda antidireitos, uma visão securitizadora e ataques e ameaças aos defensores dos direitos humanos, incluindo ataques cibernéticos. Além disso, foram observados sérios reveses em termos de direitos, como foi o caso da Lei de Término da Gravidez devido a estupro, que ignorou a abordagem adotada pela Corte Constitucional para descriminalizar o aborto neste caso, e tornou-se (após o veto presidencial e suas modificações) um instrumento para aumentar a criminalização.

Confederação de Nacionalidades Indígenas da Amazônia Equatoriana - CONFENIAE / Lanceros Digitales

Na reunião virtual de 26 de maio de 2022 com um representante da CONFENIAE - Lanceros Digitales, foi possível entender melhor como as equipes de comunicação comunitária da CONAIE, CONFENIAE e Lanceros Digitales atuam de forma interligada e coordenada. Foi enfatizado que os comunicadores comunitários pertencem a organizações de base e suas articulações territoriais, portanto, seu trabalho não é separado da dinâmica organizacional. O esforço do *Policy Brief* e deste projeto em geral para apresentar uma visão geral de vários países e um relato das diferentes

iniciativas também foi destacado, já que na dinâmica organizacional dos movimentos indígenas nem sempre há tempo para sistematizar as ações. Neste sentido, a CONFENIAE abordou as questões mais urgentes durante a fase mais intensa da pandemia, mas nos últimos tempos tem realizado esforços de sistematização, que incluem produções audiovisuais e a produção de publicações indexadas.

A linguagem visual e gráfica utilizada pela Lancers Digitales e pela equipe de comunicação da CONFENIAE permitiu a comunicação sobre uma série de questões, incluindo a pandemia, derramamentos de petróleo e o aumento das ameaças extrativistas. No momento, a CONFENIAE está trabalhando em uma segunda série de microdocumentários chamada “Semeando Memórias” (Sembrando memorias) que tem como objetivo dar espaço a outras vozes e experiências. Além disso, em outubro de 2021, foi lançada a estação de rádio “La voz de la CONFENIAE”, que tornou possível chegar aos territórios mais diretamente, mesmo aqueles que não podem ser alcançados com ferramentas digitais.

Em termos de prioridades do movimento, a pandemia significou que a saúde foi reforçada e colocada no centro das agendas. As organizações indígenas têm uma visão autônoma e a CONFENIAE tem trabalhado em estreita aliança com vários setores e organizações, incluindo a OPAS e a OMS. O trabalho de comunicação comunitária está de acordo com a linha organizacional da CONAIE e da CONFENIAE. Para isso, o trabalho é realizado em dois eixos: por um lado, em nível conjuntural, em relação a contextos políticos específicos (como em junho de 2022, relacionado à Mobilização Nacional), e por outro lado, um trabalho diário e permanente que procura continuamente tornar visíveis as pautas de luta e que mantém uma agenda de incidência política (*advocacy*) em nível local, nacional e internacional.

México

Comunidade San Francisco Cherán - Salud Cherán

Em 18 de maio de 2022, nos reunimos virtualmente com membros da comunidade San Francisco Cherán do grupo de trabalho *Sesi Irekani e Fogata Kejtsitani*, que têm sido acompanhados por antropólogos da Escola Nacional de Antropologia e História (ENAH) e do Instituto Nacional de Antropologia e História (INAH) desde 2015. Esta equipe trabalha em colaboração e, neste marco, produziu o artigo “*Autonomía indígena: la crisis pandémica y las respuestas comunitarias en Cherán K’eri*”, publicado em 2020, no qual narram as dificuldades e as alternativas comunitárias promovidas durante a crise sanitária.

Na ocasião, foram levantadas questões-chave. Embora o Congresso Nacional Indígena (CNI) seja um dos mais fortes processos de autonomia no México e tenha simpatizantes em Cherán, San Francisco Cherán está formalmente vinculado ao CNI ou através de representantes da comunidade. Eles reconhecem que são lutas irmãs, mas que têm caminhos diferentes: o CNI tem uma história de longa data, com uma postura separatista em relação ao governo; autodeterminação e autogoverno. Cherán, ao contrário do CNI, propôs autonomia dentro da estrutura legal, enfatizando o Artigo 2 da Constituição Mexicana e a Convenção 169 da OIT, entre outros tratados internacionais que reconhecem o direito ao autogoverno das comunidades indígenas. Desta forma, Cherán inaugurou um novo processo de autonomia no México que é acompanhado por um processo legal, não é separatista e mantém uma relação com o governo federal e estadual; além disso, não existem partidos políticos.

As campanhas de prevenção em Cherán foram mais amplas, conceitualizadas em dois níveis: por um lado, a comunicação externa, que é o que é mostrado através das redes sociais. Entretanto, como 50% da população de Cherán não tem acesso à mídia social, eles sempre recorrem à mídia tradicional da comunidade para informar, como a Rádio Fogata, megafones e alto-falantes que têm sido colocados em cada bairro para difundir informações. Além disso, se utiliza comunicação interna criada a partir das redes da WhatsApp, através da qual eles compartilharam informações sobre as medidas que poderiam ser tomadas em caso de contágio.

Ao mesmo tempo, uma das maneiras de lidar com a pandemia era procurar na memória da comunidade como lidar com a doença através do conhecimento da medicina tradicional. Da mesma forma, o Conselho da Juventude se organizou para caminhar pelas ruas e, quando chegou a hora, para realizar campanhas de vacinação; e promoveram redes de solidariedade com outras comunidades indígenas passando por momentos difíceis, por exemplo, costuraram máscaras faciais para a comunidade Yaqui em Sonora (que sofreu o desaparecimento de 12 líderes).

Movimento pelos Nossos Desaparecidos no México (MNDM)

Em 16 de maio, nos reunimos virtualmente com membros do Movimento Nacional pelos Nossos Desaparecidos e do Conselho Nacional Cidadão.

Como pode ser visto no conteúdo deste documento, o MNDM orientou suas ações para a importância de manter ativa a busca de pessoas desaparecidas, tanto antes quanto durante a pandemia. Em outras palavras, para o Movimento, o foco de sua mobilização foi a demanda pela busca de pessoas desaparecidas e a identificação das pessoas encontradas, e não a implementação de medidas de saúde.

Entre as preocupações compartilhadas por aqueles que participaram do diálogo estava a curiosidade de identificar a existência de semelhanças com outros movimentos na América Latina; a importância da abordagem regional que orienta o documento, que fornece uma visão geral do sistema de saúde nos três países; a forma como os movimentos sociais denunciaram a violência estatal e a ação governamental tardia para atender às populações em condições de vulnerabilidade. Finalmente, na reunião foi comentado que o Movimento destacou uma área de oportunidade para seu fortalecimento, com a elaboração de um diagnóstico geral dos efeitos que a pandemia tem tido sobre seus membros.